

FEV  
200  
7RETO

AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES VINCULADAS  
À FAMERJ E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO PARA A  
CIDADANIA ATRAVÉS DA POLITIZAÇÃO DE BASE

O Movimento Associativo de Moradores do Rio:  
uma nova política está na rua

Francisco Rodrigues de Alencar Filho


AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES VÍNCULADAS À FAMERJ E A CONSTRUÇÃO DE  
UMA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA ATRAVÉS DA POLITIZAÇÃO DE BASE

(O Movimento Associativo de Moradores do Rio: uma nova política  
está nas ruas)

Francisco Rodrigues de Alencar Filho

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau  
de Mestre em Educação

Orientador: Gaudêncio Frigotto

 Rio de Janeiro

Fundação Getúlio Vargas

Instituto de Estudos Avançados em Educação

Departamento de Filosofia da Educação

1990



## AGRADECIMENTOS:

Não seria correto dizer que este trabalho é de minha exclusiva autoria. A fonte maior de tudo o que está escrito são esses milhares de anônimos que constroem o Movimento Comunitário no Rio de Janeiro. Muitos já se foram, deixando exemplos de luta e solidariedade. A eles, com quem tanto aprendi, meu agradecimento maior.

No plano acadêmico, o amigo, professor e orientador Gaudêncio Frigotto se excedeu em paciência e estímulo. Soube me fazer compreender que, mesmo assumindo a Coordenadoria de Apoio ao Educando da Secretaria Municipal de Educação do Rio, em 1987, e uma campanha e mandato políticos em 1988/89, não poderia "nadar tanto para morrer na praia". Conseguiu alongar prazos e abrir minha consciência para a necessidade de compatibilizar militância social com elaboração teórica. Sem o Gaudêncio, tenho certeza, esta dissertação não existiria.

Outros foram precursores, ao percorrerem caminhos teóricos semelhantes, como a professora Maria Helena Lima e sua equipe do Serviço Social da UFRJ, e Sérgio Pechman, com sua dissertação de mestrado "A construção da solidariedade - As Associações de Moradores de classe média e alta do Rio de Janeiro - 1976-1982". A eles entrego, por justiça, a co-autoria do que houver de bom neste trabalho.

Agradeço também a tantos outros responsáveis pelas fontes que consultei, alguns dos quais tive o privilégio de conhecer pessoalmente. Sem esses livros, revistas, periódicos e documentos, eu não caminharia.

E ao Helio Asp, que me ajudou a reter o essencial das várias leituras. Carmen da Matta e Mário Duarte, com a ajuda do micro, materializaram o trabalho final. São cúmplices, portanto, também

porque dão muito de si à AMARAÍ (Associação de Moradores e Amigos do Andaraí)

Enfim, sou grato às pessoas mais próximas, de casa, do gabinete de vereador que ora ocupo, do antigo círculo de amizade que o tempo e a distância não destruíram. Todos esses contribuíram, às vezes com uma palavra de ânimo, para a conclusão da tese, tarefa que volta e meia me parecia irrealizável. Angela, terna companheira, que se esalfou para me garantir algumas horas de sossego nos domingos, inaceitáveis para três crianças - Emanuel, Ana e Lia - carentes de um pai.

Mas valeu o sacrifício - talvez mais para mim do que para eventuais leitores deste trabalho. E agora as crianças irão à forra, amorosamente.

Graças à vida e a todos os que a fazem melhor, inclusive na dura luta associativa, não preciso repetir Drummond:

«Nesta cidade do Rio  
de 2 milhões de habitantes,  
estou sozinho no quarto,  
estou sozinho na América.»

## SUMÁRIO

Resumo (*Resume*) ..... pág. 1

Prólogo ..... pág. 3

Introdução - Objeto de estudo ..... pág. 10

### Capítulo I

Breve histórico das Associações de Moradores do

Rio de Janeiro ..... pág. 33

### Capítulo II

A FAMERJ e suas lutas ..... pág. 51

### Capítulo III

Possibilidades e limites do Movimento Comunitário:

aspectos políticos e educativos ..... pág. 93

Conclusão ..... pág. 143

Fontes (bibliografia, jornais e documentos) ..... pág. 155

### Anexos



## RESUMO

O Movimento Associativo de Moradores do Rio e seu potencial político na perspectiva da transformação da sociedade. Breve histórico das Associações de Moradores, de 1910 à década de 80. Assistencialismo, colaboracionismo e busca de autonomia. A vinculação com o Estado e com os partidos políticos. As lutas específicas da FAMERJ: Saúde, Habitação, Abastecimento, Transportes Coletivos, Educação, Cultura e Lazer e Saneamento Básico. Os limites do Movimento: reivindicações localistas, visão classista pequeno-burguesa. As possibilidades do Movimento: questionamento da estrutura urbana decorrente da hegemonia capitalista. A função social da cidade. A pedagogia do Movimento: primeiro patamar da vida gregária e solidária; uma linguagem nova; ações criativas como chamamento à participação. A politização de base resultante da função educativa dos Movimentos Sociais Urbanos. A apreensão do cotidiano em sua dimensão sócio-política. A crise do Movimento. Suas virtualidades.



## RESUME

Le Mouvement des Associations de Quartiers à Rio de Janeiro et son potentiel politique pour la transformation de la société. Bref historique des Associations de Quartiers de 1910 aux années 80. Assistentialisme, collaborationnisme et recherche d'une autonomie. Les liens avec l'Etat et les partis politiques. Les luttes spécifiques de la FAMERJ: Santé, Logement, Ravitaillement, Transports Collectifs, Education, Culture et Loisirs, Assainissement. Les luttes générales: le développement de la citoyenneté collective. Les limites du Mouvement: le caractère local des revendications, la vision petite-bourgeoise. Les possibilités du Mouvement: remise en question de la structure urbaine due à l'hégémonie capitaliste. La fonction de la ville. La pédagogie du Mouvement: premier degré de la vie grupal et solidaire; un nouveau langage; créativité des actions lancées dans le but d'inciter les habitants à participer. La politisation de base comme fruit de la fonction éducative des Mouvements Sociaux Urbains. L'appréhension du quotidien dans sa dimension socio-politique. La crise du Mouvement. Ses virtualités.

## PRÓLOGO

Qual a relação entre a politização gerada pelo Movimento Associativo de Bairros a partir da fundação da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), em 05 de janeiro de 1978, e a educação?

Entendemos que consciência política, isto é, o desvelamento das estruturas que condicionam nosso ser-no-mundo e a compreensão da nossa capacidade de transformá-las, é a resultante de um processo pedagógico. A pedagogia dos Movimentos Sociais Urbanos, praticada fora dos muros das instituições educacionais, é extremamente rica porque seu móvel são os conflitos e as contradições da sociedade e os diferentes interesses classistas que se entrecrocaram no espaço da cidade. Mulheres e homens reivindicantes, de diversas faixas etárias, agregados a partir do local de moradia, são agentes de um processo de educação popular indispensável à formação de uma nova consciência política, onde a participação ativa substitua a passividade da delegação, tão valorizada pela cultura liberal-conservadora historicamente dominante no Brasil.

A pedagogia dos Movimentos Sociais Urbanos possibilita a produção de um conhecimento que se dá na práxis e pela práxis. Devemos avisar previamente, entretanto, que por isso mesmo faremos uma análise comprometida. Nossa participação direta no Movimento Comunitário das Associações de Moradores, inclusive na direção da Associação de Moradores da Praça Saens Peña e Arredores (AMOAPRA), de 1980 a 1983, e na própria FAMERJ, de 1983 a 1987, além de uma rica experiência de colaboração com as Associações de favelas da Tijuca, na segunda metade da década de 70, merece considerações preliminares.

É certo que esse engajamento traz o risco do empiricismo e de um pragmatismo que esvazia a teoria. O mero relato da experiência, pelo seu dinamismo, poderia pretender-se auto-explicativo e analítico. Cairíamos, assim, sem o perceber, na superficialidade de um trabalho narrativo, basicamente "jornalístico", testemunhal e documental.

Contudo, a vivência do objeto desta dissertação permite a superação de um problema apontado claramente por Gaudêncio Frigotto: "dissertações e teses produzidas nas duas últimas décadas evidenciam que no mais das vezes se estabeleceu uma justaposição entre o chamado referencial teórico, as categorias de



análise e os fatos analisados ou o objeto de investigação".

(Frigotto, G. 1987)

O que se tenta, e as condições para isto estão dadas, é produzir algum tipo de conhecimento que deriva do real vivido, transformando-se em real pensado, refletido. Um conhecimento comprometido que supere a tradicional dicotomia entre o trabalho militante e o trabalho intelectual.

É recorrente na ciência da História - nosso campo de formação específica a nível de graduação - a predileção pelo antigo, pelo passado. Esta tendência esconde, via de regra, seu pressuposto: a divisão entre saber e não-saber. Despreza-se a História imediata, a análise do vivido, pois ele é mais acessível a um conjunto maior de pessoas. Os que "mais sabem" preferem o remoto porque ele é o espaço das coisas feitas, ditas e pensadas. Não há riscos, nada cai no domínio público, dos que "não sabem".

Esse saber supostamente neutro não nos interessa. Pois este é o saber insosso daqueles livros que não passam de "papéis pintados com tinta". Daquela pretensa sabedoria onde

"Estudar é uma coisa em que está indistinta

A distinção entre o nada e coisa nenhuma."

(Fernando Pessoa)



Esse conhecimento de verniz não consegue reter o passado que se entranha no presente ...

Mais do que a representação do Movimento Associativo de Bairros feita pelos seus agentes, boa parte do que se segue foi apreendido pelo próprio autor na experiência concreta dos embates, dos impasses, dos avanços e debilidades do Movimento. A problemática levantada, portanto, tem o mérito de ser problemática vivida, sem as dificuldades enfrentadas pela pesquisa acadêmica ao tentar resgatar o saber popular.

Esta, aliás, tem encontrado muitas resistências na população mais pobre que se organiza, expropriada freqüentemente também nos bens culturais que produz. Uma pesquisa desenvolvida por estudantes da Faculdade de Serviço Social da UFRJ ("Natureza das Lutas das Associações de Moradores do Rio de Janeiro - Potencial Político"), coordenada pela professora Maria José Lima, sugere que essa reação "pode estar configurando um processo de elevação do nível de consciência das camadas populares, que se expressa na necessidade de preservar seu mundo e seu espaço da interferência de terceiros".

Aqui não há terceiros. Se isto pode obstaculizar um tratamento mais rigoroso da realidade, prejudicando a necessária abstração para a elaboração do arcabouço teórico, por outro lado possibilita um maior enraizamento da teoria no objeto. A nova realidade - e os Movimentos Sociais Urbanos ao engendrarem novos atores políticos aí se inscrevem - exige permanente reconstrução de categorias de análise.

Nesse sentido, o engajamento cria condições singulares para a produção de um conhecimento socialmente útil. Por conhecimento socialmente útil entendemos aquele que, dialeticamente, realmente e faça avançar o objeto conhecido. No caso específico desta dissertação, sua validade está diretamente relacionada à sua capacidade de contribuir para a consolidação dos Movimentos Sociais Urbanos e ao discernimento dessa nova etapa que ele enfrenta, em meio a crises, superada a fase de resistência ao regime militar autoritário.

Portanto, são importantes as indagações sobre quem analisa, para quê e para quem se analisa, tanto quanto o quê se analisa. A contraposição cidade construída e controlada pelos trabalhadores organizados à cidade que conhecemos, dominada pelo capital e utilizada desigualmente pelas classes sociais, está no centro das

nossas preocupações.

Entendemos que essa cidade do trabalho, que "será também a festa e o amor não reprimido, e a infância sem obscurantismos, e a saúde que se previne, e a cultura que se aprende na prática, e os livros que se escrevem com prazer", nas aspirações de Manuel Castells, só se erguerá pela força consciente da população em crescente politização. Educação, política e mudanças estruturais são elos indissociáveis nesse processo histórico.

Esta dissertação, enfim, é mais uma contribuição à compreensão desse Movimento que, ressurgindo na década de 70 num novo patamar de formulação política, exige análises mais aprofundadas. Sem pretender esgotar as possibilidades de conhecimento, entendemos os fatos históricos recentes que abordaremos não como verdades absolutas, mas como realidades. Por isso mesmo podem e devem ser sempre reinterpretadas, e é isto que faz a ciência social progredir.

Vale assinalar que à medida em que íamos levantando questões, muitas outras surgiam. Delimitar nosso campo de análise e não ter grandes pretensões tornou-se imperioso. Consola-nos Adam Schaff: "O objeto do conhecimento é infinito, tanto se se trata do objeto considerado como a totalidade do real quanto do objeto captado



como um fragmento ou aspecto qualquer da realidade. Com efeito, tanto a realidade na sua totalidade quanto cada um de seus fragmentos são infinitos, na medida em que é infinita a quantidade das suas correlações e das suas mutações no tempo. O conhecimento de um objeto infinito deve ser, portanto, também infinito; deve consistir num processo infinito: o processo de acumulação de verdades parciais. Em e por este processo, enriquecemos incessantemente nosso conhecimento." (Schaff, A. 1974)

Outros continuarão.



## INTRODUÇÃO: OBJETO DE ESTUDO

Nesta dissertação tentaremos caracterizar o Movimento Associativo de Bairros, que denominaremos Movimento Comunitário, coordenado pela Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), como veículo de formação política para a construção de uma nova cidadania. O adjetivo cabe na medida em que, na nossa avaliação, a cidadania estimulada pelo Movimento Comunitário ultrapassa os marcos da bicentenária *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*, de conteúdo liberal-burguês. Trata-se do cidadão coletivo, forjado na consciência dos direitos sociais, onde a propriedade dos meios de produção não é considerada um direito natural e imprescritível.

É importante ressaltar que, nesta conjuntura de descrédito nas instituições e de profunda crise de valores em nossa sociedade, as Associações de Moradores, mesmo esvaziadas, gozam de grande credibilidade junto à população. Uma pesquisa realizada pelo IBOPE na primeira quinzena de abril de 1987, no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, com a finalidade de aferir índices de confiança em 22 instituições, deu às Associações de Moradores, junto com os Sindicatos, uma aprovação de 81% dos entrevistados. Os partidos políticos obtiveram apenas 37% de respostas positivas e o

Congresso Nacional e o Executivo ficaram nos 58%.

Nascido, em sua nova etapa - final da década de 70 - como reação à deterioração das condições de vida urbana, o Movimento Comunitário foi abrindo espaço para a participação política e para a crítica social. Rompendo com o imobilismo e com o medo que o regime autoritário implantado em 1964 impunha à sociedade, as organizações de bairro, através da ação coletiva, incorporaram à prática social a noção da **participação permanente** e possibilitaram a emergência de um processo de conscientização do morador que, se é diferente da consciência derivada das relações de trabalho, não é menos aguda.

Na luta ideológica travada na sociedade, onde a perspectiva individualista predomina, o Movimento Comunitário reforça laços de solidariedade e, pedagogicamente, trabalha a noção de interesse geral, coletivo. Os grupos que se formam nos bairros mais pobres, agregando setores sociais marginalizados, permitem, pela participação direta, uma primeira tomada de consciência dos interesses daquelas parcelas, sem a mediação paternalista de instituições ou personalidades públicas externas à comunidade.

Associações de Moradores provocam reações dos aparatos burocráticos e partidários por significarem a entrada em cena de novos grupos sociais. Isso traz uma dose de imprevisibilidade, de comportamentos novos, pouco regulados, e de "desordem" que o *status quo* não assimila de imediato.

A pesadíssima herança cultural paternalista e clientelista no Brasil começa a perder força com aquilo que é, para além das conquistas materiais de cada bairro, o principal ganho do Movimento Comunitário, no plano político-ideológico: a noção de direitos.

O Estado procura se legitimar através do discurso que afirma sua universalidade e sua imparcialidade com gestor do bem-comum. Habitação, saneamento básico, iluminação pública, educação e cultura, transportes e saúde, por exemplo, seriam providos pelo poder público, de forma igualitária e indiscriminada, para toda a sociedade. Na prática, percebemos que o Estado capitalista só investe nos bairros populares de acordo com aqueles mínimos que permitem a reprodução da força de trabalho. O capital sempre realizou uma utilização intensiva da cidade, através da especulação imobiliária ou de outros investimentos rentáveis, com os menores custos possíveis na produção. Assim, os bairros



populares funcionam como reservas inesgotáveis de mão-de-obra barata e os baixos níveis de consumo coletivo se inserem nessa perspectiva de rentabilidade do Estado capitalista.

O desenvolvimento capitalista brasileiro é marcado por uma modernização conservadora, típica da industrialização retardatária, que combina processos tecnológicos avançados com estruturas sociais arcaicas. O fundamental é garantir elevadas taxas de lucro. Por isso, é baixo o consumo individual de trabalhadores rurais e urbanos e o que se vê é a crescente reconcentração da renda: hoje, o 1% mais rico da população brasileira abocanha 47,3% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres ficam com 13,6%. De 1955 a 1986 o Produto Interno Bruto *per capita* triplicou, porém o salário mínimo, em termos reais, está valendo menos 2/3. 35% das famílias brasileiras sobrevivem com meio salário mínimo por pessoa.

A reprodução da força de trabalho no plano do consumo coletivo não difere desse quadro de superexploração individual. Por isso 50 milhões de brasileiros não têm acesso a qualquer tipo de assistência médica, 12 milhões estão sem moradia e oito milhões de crianças entre sete e 14 anos estão fora da escola. Mas, assim como a luta salarial dos trabalhadores, articulados pelo



sindicalismo não-pelego, retomou sua caminhada na metade da década de 70, a luta comunitária começou a desmitificar a ideologia do Estado "benfeitor" e "acima das classes" - contrafação grosseira do Estado Absolutista.

Ao longo da nossa história, as classes dominantes souberam se impor politicamente e construir um Estado que, fazendo algumas concessões e alargando o seu leque de sustentação, mantém os trabalhadores excluídos. E não apenas excluídos: há mecanismos políticos consolidados que visam impedir que a classe trabalhadora tome iniciativas, que tenha a dianteira.

Foi assim com o processo de Independência - das tentativas emancipacionistas do final do século XVIII à abdicação de D.Pedro I, em 1831 - que significou na verdade a ruptura administrativa com o Reino Português e a consolidação da dependência do Brasil em relação ao centro capitalista inglês. Foi assim com a Abolição da Escravatura e com a Proclamação da República, no final do século passado, que abriram espaço jurídico-político ao trabalho subassalariado e à dominação oligárquica, base do capitalismo brasileiro. Assim também a "Revolução" de 1930, na realidade uma reacomodação das forças no poder, incorporando setores da burguesia urbana em ascensão e alimentando a industrialização

retardatária. Sem papel proeminente da classe trabalhadora e das classes populares, em geral, se produzem os efeitos da Segunda Grande Guerra, traduzindo-se, no plano institucional, num democratismo liberal, ritual, e na manipulação das massas excluídas através do populismo.

É verdade que nossa história registra, de fato, muitas mudanças políticas. Mas as transformações sociais são praticamente inexistentes.

Entretanto, exclusão não significa inexistência enquanto ator político. A exclusão é, ao contrário, a contrafação imposta pelos vencedores ao desejo da participação. É o resultado da reação daqueles que sentem seu poder ameaçado. "Os de baixo", como os classifica Florestan Fernandes, não estão inertes ou apáticos: "mesmo as revoluções burguesas 'clássicas' não foram, exclusivamente, obra das burguesias - essas foram tangidas pela pressão das massas populares e souberam ficar à testa das grandes transformações históricas, articulando-se politicamente às exigências dos de baixo, as verdadeiras 'forças vivas da Nação!'" (Fernandes, F., 1986)

Ainda que sem deter a hegemonia dos processos sociais mais agudos da nossa história, os excluídos - índios, negros

escravizados, camponeses, trabalhadores urbanos, "homens pobres e livres em geral" - sempre estiveram no seu centro, atemorizando as elites, como é exemplar nas insurreições do Império, violentamente reprimidas (Cabanagem, Balaiada, Farroupilha e Praieira, entre outras). E como comprovam a história de movimentos rurais (Canudos, Caldeirão e Contestado, só para citar os mais conhecidos) e de movimentos operários liderados por anarquistas e comunistas.

Nesses anos 90 há motivos para perplexidade, sem dúvida. Delinea-se um Brasil "sedento de capitais externos, abarrotado de shopping centers e menores abandonados, pleno de dialetos destruídos pela locução global triunfalista; o Brasil dos ianomami agonizantes em holocausto ao oitavo parque industrial do planeta, o Brasil dos pixotes hidrelétricos e queimadas chicos mendes e variados índices que já não medem nada, da riqueza real de capitais fictícios e da miséria concreta de famintos seculares". (Hardman F., Francisco. 1990) Mas persiste a resistência dos aparentemente vencidos, dos 'pixotes coletivos! que teimam em proclamar seus direitos e sua humanidade.

Essa luta, histórica, começa e se mantém viva pelo que é aparentemente pequeno. A presença das massas populares no processo



de transformação da sociedade não se dá apenas nos momentos épicos ou de grandes crises. Ela se tece no clamor dos excluídos, nos movimentos que reúnem os indignados, na ação anônima dos marginalizados pelo sistema e continuamente esquecidos pelo aparelho do Estado. A questão urbana, mesmo sendo nova como a própria urbanização brasileira, se insere nesse contexto conflituoso. A cidade também é palco da luta de classes e sua gestão expressa essa correlação de forças entre proprietários dos meios de produção e despossuídos, que apenas vendem sua força de trabalho.

A ineficácia de políticas oficiais e o abandono de amplas áreas da cidade provocam uma reação espontânea dos discriminados em defesa de seu direito elementar à vida. De início, pequenos grupos informam-se sobre a inaceitabilidade da situação. Da indignação, avança-se para a formulação das reivindicações, até chegar às manifestações coletivas explícitas, quase sempre exigindo do Estado que ele, de fato, promova o bem comum, como rezam os textos oficiais. Um núcleo avançado, com poder de convocação e representatividade, é fundamental para a continuidade do movimento. No embate com o poder público, muitos percebem que os mecanismos de regulação existentes não satisfazem as

necessidades básicas da população. Desvela-se, aos poucos, o caráter classista do Estado.

Mas não se pense que o Estado sofre algum abalo com as reivindicações. Com sua extraordinária capacidade de cooptação e domesticação da rebeldia, o Estado capitalista - é provável que o Estado socialista burocrático também - pode fazer concessões e atender a demandas. Elas obedecerão a critérios políticos, mais do que a cálculos de necessidades concretas dos pleiteantes. A política de clientela, envolvendo em torno de si parcelas potencialmente revolucionárias e numericamente expressivas, com a cooptação de suas lideranças e a domesticação do segmento social transformado em curral eleitoral, é procedimento corriqueiro do Estado burguês e seus agentes.

Na relação população organizada-Estado, contudo, não conta apenas o resultado final. Também aqui o processo é pedagógico. Muitas vezes o contraste de interesses fica flagrante. A auto-organização, por seu lado, reduz a passagem das práticas populistas, onde o Estado e seus representantes políticos "doam" ao povo seus próprios direitos. A eficácia simbólica da noção de direitos - conquistados e não outorgados - é importante para a elevação do nível de consciência política das classes populares e

é uma virtualidade do Movimento Comunitário.

Ao longo desta análise, procuraremos mostrar como as Associações de Moradores são organismos essenciais à construção de uma democracia de massas, diferente da democracia liberal-burguesa. E que não é objetivo tático para se chegar ao socialismo: é objetivo estratégico. Dizia Hélio Pellegrino, escritor, psicanalista e entusiasta dos movimentos sociais (1924-1988), que "os meios são o fim em processo de realização". O estabelecimento de relações socialistas de produção, no Brasil e em qualquer parte do mundo, não se dará sem uma intensa mobilização da população trabalhadora - em seus vários segmentos - e sem um alto grau de consciência política. A derrota do nazi-fascismo em 1945 abriu espaço a "revoluções" em algumas formações sociais européias que, pela inexistência de organismos de base, criaram um Estado burocrático, uniformizador e, é forçoso reconhecer, autoritário. Aqui, a transição do ciclo autoritário-militar para o democrático-civil pode nos garantir eleições - e serão sete nos próximos 10 anos! -, imprensa sem censura, ampla liberdade de organização partidária e militares nos quartéis: sem o povo organizado - povo aqui entendido como todas as classes e frações de classes que vivem do seu trabalho - não há



transformação verdadeira, não há possibilidade de democracia e socialismo.

O equívoco de se imaginar uma democracia de participação crescente das massas como viável só após a conquista do poder pelas classes trabalhadoras é semelhante ao não reconhecimento de que as forças produtivas em crescente socialização já se desenvolvem no interior da sociedade capitalista.

Por outro lado, ater-se aos marcos da democracia liberal, que afirma a soberania popular através da delegação de poderes e da representação, é engessar o dinamismo do corpo social e perpetuar o domínio burguês sobre o Estado e a sociedade. Vale lembrar as resistências do liberalismo à formação dos sindicatos e de qualquer organização de base e autônoma dos trabalhadores. Também cabe destacar as lutas das classes operárias européia e brasileira, nos séculos XIX e XX, pela conquista do sufrágio universal.

A renovação democrática, na perspectiva do socialismo, implica na crescente socialização da política e na incorporação permanente de novos sujeitos políticos coletivos ao processo de transformação social, como bem lembra Carlos Nelson Coutinho, acrescentando que isso não poderá ser obra de um único partido e

nem mesmo de uma única classe social. A vitalidade e o pluralismo da construção de uma democracia socialista de massas depende fundamentalmente de uma organização popular com intensa capilaridade no corpo social.(1)

O que tentaremos provar é que essa socialização dos meios de governar já se realiza sob o impulso da acumulação de conquistas de liberdades democráticas no Brasil deste final de século. E os sujeitos dessa novidade histórica são, sem dúvida, as Associações de Moradores, os movimentos de etnias, de mulheres, de jovens, os grupos culturais e as comunidades eclesiais de base. Esses organismos fecundaram a sociedade civil brasileira - de acordo com o conceito gramsciano - e, de baixo para cima, repercutem no seio de instituições como a escola, as igrejas, os partidos políticos e até os meios de comunicação de massa. Entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), instigadas por esse efervecente e criativo pulsar da base social, tiveram um papel decisivo na crítica à dominação do Estado monopolista-burocrático-militarizado, que inibiu até os instrumentos de representação formal e indireta da sociedade.

A sociedade brasileira vive hoje um momento político crucial: aprofundar a democracia ou imobilizá-la, através da exclusão de setores crescentes, que vão além daqueles 44 milhões de seres humanos presos à pobreza absoluta. A questão da democracia é decisiva na superação dos problemas econômicos e sociais do país. Lênin, em *O Estado e a Revolução*, afirma claramente que "se todos os homens participarem efetivamente na gestão do Estado, o capitalismo não mais poderá se manter. E o desenvolvimento do capitalismo cria os pressupostos necessários para que 'todos' possam efetivamente participar da gestão do Estado". (citado por Carlos Nelson Coutinho, op. cit.)

A história recente do Movimento Comunitário coordenado pela FAMERJ, como veremos, está marcada pela busca da mobilização permanente da sociedade pela base. Esta mobilização muitas vezes faz uma crítica a todas as formas de dominação, seja ela explicitamente política ou tecno-burocrática. Não foram raras as vezes em que o Movimento Comunitário impôs orientações novas às políticas estatais e reforçou os mecanismos de controle popular.

A autonomia do Movimento Comunitário face ao Estado e aos partidos políticos também estará em discussão. Princípio afirmado pelas lideranças mais politizadas do Movimento, a autonomia



esbarra na "deificação do Estado universal" proposta pelas classes hegemônicas, no plano da ideologia, e na execução prática de programas assistencialistas. A visão predominante nas classes populares é a do Estado como centro de poder, sem o qual a sociedade mergulharia na anarquia e no caos social. Em relação aos partidos políticos, as Associações de bairro freqüentemente se submetem, por entender um tanto difusamente (e confusamente) que ali estão as "verdadeiras" organizações políticas. Os interesses específicos e a auto-organização dos moradores, assim, ficam subordinados à ação institucional conduzida a nível parlamentar ou eleitoral. Os partidos populares, por sua vez, ainda não se libertaram da tentação de fazer dos Movimentos Sociais Urbanos simples "correia de transmissão" de suas propostas. Poucos são os militantes partidários que se deixam questionar e transformar pelo que o Movimento, no seu pluralismo, traz de diferente em relação às formulações de grupos mais restritos e ditos de "vanguarda". Os Movimentos Sociais Urbanos, fenômeno recente no Brasil e no Rio de Janeiro, e sua contribuição para a construção de uma ordem democrática e de uma sociedade socialista, merecem a elaboração de teorias novas como eles próprios.

O Movimento Comunitário objetiva **politizar o cotidiano**. Sua pedagogia parte do princípio de que todas as questões, trazidas pelo mais anônimo dos cidadãos, têm uma dimensão social e política. O apoliticismo das massas é um atraso estimulado pelas classes dominantes, sim, mas é também uma rejeição às formas tradicionais de se fazer política. Nem sempre é uma recusa à participação.

O Movimento Comunitário, mesmo com suas notórias debilidades e seu pequeno lastro histórico, faz, na sua prática, a propaganda das formas cooperativas como solução global para os problemas sociais. Ele se insere, por isso, no coração da disputa cultural e ideológica que se trava na sociedade hegemonzada pelo individualismo competitivo burguês. A socialização das experiências de auto-organização, ajuda e cooperação torna a conquista de uma nova sociedade uma obra consciente da imensa maioria da população, da grande massa dos assalariados e de todas as camadas sociais em contradicção com os interesses monopolistas.

O Movimento Comunitário tem um potencial de massificação que desenvolve a consciência, prepara novos atores políticos, molda a identidade coletiva, e gera, desde agora, um mundo novo com a presença organizada de grupos e classes sociais conscientes de

seus interesses na organização do espaço urbano. Seu papel educativo está aí: o aprendizado prático de como se unir, organizar, pressionar, negociar, lutar e conquistar.

As demandas coletivas nas grandes cidades brasileiras não são simples reivindicações imediatistas. Questionam, muitas vezes, o próprio sistema, uma vez que o Estado capitalista reluta em prestar serviços urbanos que não sejam rentáveis, lucrativos, como já vimos. O desenvolvimento desordenado das cidades e a crise dos serviços públicos são expressão da impossibilidade do sistema de atender a demandas que ele próprio suscitou.

Um problema, no entanto, se destaca quando analisamos o Movimento Comunitário. Seu caráter policlassista ameaça a unidade em torno de propostas progressistas e transformadoras. "Os interesses das classes médias se articulam em torno da defesa de um padrão urbano de vida ameaçado, de um lado, pela crise econômica que, via diminuição da capacidade tributária das cidades e dos estados, dificulta a alocação de recursos na manutenção da infra-estrutura e dos equipamentos coletivos existentes", afirma Luiz C. de Queiroz Ribeiro. Ele prevê um crescimento da pressão das classes médias pela alocação de investimentos urbanos em seus espaços de moradia. E isso traria à tona as contradições do



Movimento Associativo: sua heterogeneidade social levaria a reivindicações distintas e, muitas vezes, excludentes. Como redistribuir recursos, priorizando bairros populares, sem reduzir as aplicações nos bairros de classes média e alta?

Via de regra, as administrações buscam maximizar os benefícios do capital e o espaço urbano é segregado conforme o nível de rendimento familiar, que define quem pode gastar quanto pela terra e seu uso.

O impasse que o Movimento Comunitário pode enfrentar é exatamente este: se uma Associação deve representar os interesses do seu bairro, deve também privilegiá-los em detrimento de quaisquer outros. Criar-se-á, dessa forma, uma espécie de 'corporativismo bairrista' e o caráter universal da participação e das propostas coletivas ficará comprometido.

Sérgio Pechman, em sua dissertação de mestrado intitulada "A Construção da Solidariedade - As Associações de Moradores de Classe Média e Alta do Rio de Janeiro - 1976-1982", coloca bem a questão da uniformização da atuação e da universalidade das reivindicações, numa perspectiva de hegemonia das classes populares: "Neste caso, a associação não teria passado a interpelar os cidadãos a partir de sua ideologia (que os divide em

várias tendências), deixando de fazê-lo a partir da única condição capaz de uni-los no bairro, qual seja a de morador?".

Incentivar o movimento bairrista, sem perder a visão de conjunto da sociedade e da distribuição extremamente desigual dos equipamentos urbanos, eis o desafio que se coloca ao Movimento Comunitário. Numa sociedade de classes em luta, essas contradições necessariamente se refletirão em qualquer movimento social urbano.

De qualquer maneira, as virtualidades do Movimento Comunitário são enormes: mesmo com seus impasses, ele legitima a ação reivindicante do cidadão coletivo. Contesta, na prática, a prevalência do "político" da área, que representava e resolvia os problemas de uma comunidade inorgânica. Desperta grupos sociais para outras reivindicações e educa, exemplarmente, para a ação coletiva. E finalmente, interfere na lógica da política urbana, fazendo com que ela seja pensada para além dos planos dos tecnocratas a serviço dos donos do capital.

No intuito de desenvolver estes aspectos levantados, fizemos, no Capítulo I, um breve histórico do Movimento Comunitário do Rio de Janeiro.

Ele surge com um caráter exclusivamente localista, bairrista, no início do século XX, na mesma época em que as autoridades

promoviam o "saneamento urbano" do Distrito Federal, para tornar a cidade apresentável ao mundo capitalista.

Pereira Passos é o primeiro prefeito que coloca a intervenção dos órgãos públicos municipais - na perspectiva das classes dominantes, é claro - em pé de igualdade com os órgãos técnicos e privados, que até então pensavam e projetavam a cidade com exclusividade, bem ao gosto dos preceitos liberais da República Velha.

De 1910, quando é fundada a Associação Beneficiente de Vila Isabel, a 1978, quando surge a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), o Movimento Comunitário, de forma nada linear, vive avanços e recuos, momentos de esvaziamento quase total e de grande mobilização. Durante praticamente meio século as Associações se pautam pelo assistencialismo, pelo apoliticismo reiterado (como se este fosse possível) e, negando isso, pelo colaboracionismo com as sucessivas administrações.

A singularíssima Sociedade dos Amigos do Bairro da Lapa (SOABALA), no início da década de 60, é exemplo de uma inflexão no Movimento Comunitário, quando a crítica e a cobrança às autoridades, seguida de ações de rua criativas, passam a ter mais



peso. Mesmo assim, como se vera', a preponderância do institucional - seja através da Assembléia Legislativa, sejam as administrações regionais de Carlos Lacerda - permanece na articulação do Movimento.

Ainda no Capítulo I, procuramos examinar, sucintamente, os efeitos do golpe militar, o papel decorativo que os parlamentares passam a desempenhar e o crescimento da urbanização. Tudo isto repercutiu no Movimento Comunitário e na nova visão - mais ampla e politizada - que ele vai engendrando.

O Capítulo II aborda esta nova visão. Ela está patente no desenrolar das chamadas "lutas específicas" da FAMERJ, que enunciamos neste capítulo, traçando seus contornos mais gerais: Saúde, Habitação, Abastecimento, Transportes Coletivos, Educação, Cultura e Lazer e Saneamento Básico. E, sobretudo, nas práticas em torno da questão da cidadania e da participação política evidenciadas nos debates promovidos pela entidade com os candidatos ao governo do Estado, em 1982 e 1986, e à prefeitura da cidade, em 1985. Também é significativo do novo patamar que o Movimento Comunitário atinge o Congresso Constituinte dos Bairros, realizado em 1986.

O Capítulo III analisa as possibilidades e limites do Movimento Comunitário, destacando seus aspectos políticos e educativos.

No item I, procuramos refletir sobre o potencial de crítica ao sistema que o Movimento tem, ao elaborar os contornos de uma cidade onde a função social se sobreponha aos interesses capitalistas. Porém, não são poucos os que vêem no Movimento Comunitário exatamente o contrário: um reforço, nos marcos da democracia liberal, da reprodução do sistema, apenas alertando-o sobre deficiências plenamente resolvíveis, pois situadas fora da contradição capital x trabalho.

O item II trata das relações entre o Movimento Comunitário e os partidos políticos, sejam eles revolucionários, populistas ou liberais - todos com dificuldades de enfrentar a questão da participação permanente. Desenvolvemos também reflexões acerca da questão atualíssima da democracia, dando ênfase às possibilidades de combinação da representação parlamentar institucional com as instâncias de participação direta. Neste campo, as Associações de Moradores são insubstituíveis (ainda que com outras denominações, como Conselhos Comunitários ou de Bairros).

Finalmente, no item III abordamos a função pedagógica propriamente dita do Movimento, com sua característica de conscientizador político. A noção da cidadania coletiva e o sentido de solidariedade que ele desenvolve são destacadas, bem como a linguagem nova que vai produzindo - equidistante do formalismo da política burguesa e do jargão esquerdista. Analisamos ainda o Movimento Comunitário como reação saudável à massificação despersonalizada da grande cidade e como espaço cultural de resgate da história de cada bairro e de desmitificação do Estado.

Concluimos o trabalho levantando questões sobre o potencial transformador do Movimento, suas contradições e fragilidades. Mas também afirmando seu importante papel na "guerra de posição" dentro da sociedade e sua função educativa de ser o primeiro passo na estrada da consciência política e o primeiro degrau na ascensão da cidadania à visão solidária do mundo.



(1) "O socialismo não consiste apenas na socialização dos meios de produção, o que se tornou possível pela prévia socialização do trabalho realizada sob o impulso da própria acumulação capitalista; consiste também - ou deve consistir, se pretende explicitar todas as suas potencialidades - numa progressiva socialização dos meios de governar." (Coutinho, Carlos Nelson.

1980)

## CAPÍTULO I - BREVE HISTÓRICO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO RIO

As experiências de organização de associações de vizinhos têm seu início - ao menos as registradas, documentadas para a História - no começo do século XX. Os laços de solidariedade nos pleitos comuns, desde então, unificavam grupos de moradores que muitas vezes tinham ocupações sociais diferenciadas. Pessoas "iguais" no prisma do local de moradia e das necessidades urbanas eram por vezes "desiguais" dentro da estrutura social, pertencendo a frações de classes distintas.

O que conta, desde então, é o espaço vivido como moradia. É um espaço de aproximação, de contatos, de relações que não são mais as de trabalho, marcadas pela lógica capitalista da exploração da mais valia. O bairro é elemento unificador e sua melhoria é a aspiração que funciona como amálgama desse corpo social tão diverso.

É bem verdade, porém, que as determinações da estrutura de classes e, em última instância, do sistema sócio-econômico vigente no país vão influenciar decisivamente as políticas urbanas. Estas serão orientadas por um poder público comprometido com a dominação oligárquica - incontrastável até 1930 - e com um desenvolvimento

capitalista industrial retardatário e dependente. A capital da República, sob a ótica das classes dominantes, tem de ser uma vitrine bem arrumada para que as nações tidas como "civilizadas" possam investir aqui sem maiores temores. A elite europeizada, dominada culturalmente, não pode aceitar que o Rio tenha aspectos de um "povoado africano".

Mas a urbanização do Rio, isto é, sua modernização, seu progresso, ou, como se dizia à época, seu "saneamento urbano", concretizou-se num traçado urbano que não conseguiu esconder as contradições de classe. Refletindo os interesses da burguesia ascendente, a administração do prefeito Pereira Passos (de 1902 a 1906) tentou organizar o espaço urbano de acordo com as necessidades do capital. Em agosto de 1894 um relatório da Cia. de Carris do Jardim Botânico, reunida em assembléia geral, já fazia projeções: "dentro de um lustro, aqueles desertos do Saara - como os qualificaram - se converterão em grandes povoações, para onde afluirá, de preferência, a população desta cidade, na estação calmosa, devido à salubridade e amenidade de seu clima e à excelência dos banhos de mar, como se pratica nas cidades balneárias da Europa." (citado por Porto Rocha, Oswaldo. 1983)

Projetava-se, então, a Zona Sul do Rio, área que mais tarde viria



a ser privilegiada pelo poder público, para não se repetir ali os aspectos de cidade "suja e atrasada" que o centro da capital do Distrito Federal revelava.

O curioso é que, até a administração Pereira Passos, a atuação dos órgãos municipais era praticamente inexistente, por incapacidade administrativa, falta de recursos e, sobretudo, por desinteresse político. Os cânones liberais da República Velha barravam a intervenção do Estado a não ser para abrir espaço à iniciativa privada. As empresas de transportes, obedecendo a interesses econômicos, definiam suas linhas e percursos. Muitos bairros do Rio desenvolveram-se a partir disso. É exemplar o caso do coronel Malvino da Silva Reis, grande proprietário na Zona Sul e um dos diretores da Cia. de Carris do Jardim Botânico mais empenhados na expansão da rede de transportes até aquela área da cidade. Em contrapartida, os decretos de concessão assinados pelas autoridades públicas obrigavam as empresas a desenvolverem tarefas de urbanização, como o alargamento de ruas, seu calçamento, o aterro de mangues e a construção de pontes.

A omissão e inoperância do poder municipal ficam patentes também no fato de ter sido a prefeitura do Distrito Federal ocupada por nada menos que 19 alcaides, entre 1889 e 1902 ... Mais

que as autoridades públicas, o Clube de Engenharia, como extensão da Escola Politécnica, buscava a solução dos problemas da cidade, na perspectiva positivista e burguesa. A classe dominante dispensava o poder público e encaminhava seus projetos através de organismos técnicos e profissionais.

As "derrubadas" de Pereira Passos, portanto, marcam o início da efetiva intervenção do poder público na constituição do traçado urbano. Mas essa intervenção era orientada pelos setores dirigentes, como bem atesta o relatório de Everardo Backheuser, apresentado ao então Ministro da Justiça e Negócios Interiores do presidente Rodrigues Alves, J.J. Seabra: "(...) todas essas derrubadas e fechamentos, se vinham sanear a cidade, caso de fato vinham, por outro lado punham a população pobre em difíceis contingências. (...) Como não havia casas baratas em número suficiente, essa gente se foi aglomerando nas outras habitações ou então se mudou para os subúrbios. Todos os preços de casas se elevaram e então se viu que esta parte da população pagava relativamente muito mais caro o seu alojamento que as classes mais remediadas — e morando em casas imundas e menos higiências". (citado por Porto Rocha, Oswaldo. 1983) Os que não iam para os subúrbios resistiam nos cortiços do centro da cidade. Sem poder

derrubar tudo, uma lei municipal estimulou as "ruínas dirigidas", hoje tão comuns nas construções brasileiras objeto de preservação pelo patrimônio histórico: desde fevereiro de 1903 estavam proibidos quaisquer consertos nesses prédios. Seu exterior se deteriorava e no seu interior a vida se multiplicava em precaríssimas condições: "palacetes de feição afidalgada, por certo residências nobres nos tempo da colônia ou do império, estendidos pelas ruas Camerino, Barão de São Félix, Visconde de Itaúna, Riachuelo e um milheiro de outras, encobrem com seu aspecto agigantado a negra miséria de uma população enorme. Ali se cozinha em comum, em corredores escuros, com ameaças permanentes de incêndio que lamberiam rapidamente aqueles andares cheios de infortúnio: mesmo nos vãos de escadas escondem-se fogareiros, luzindo com as suas brazas vermelhas como as faiscantes pupilas de gatos, a se aquecerem nos borralhos. As alcovas escuras ficam pesadas de camas", descreve Everardo Backheuser em artigo para a Revista *Renascença*, de março de 1905.

E as obras? E a urbanização que modernizaria e "civilizaria" a cidade?

Lima Barreto, cronista atento à vida dos pobres do Rio, daqueles que andavam a pé por toda a parte, é peremptório em sua



Bagatelas, publicada em 1923: "as últimas obras municipais, os famigerados melhoramentos de Copacabana, Vidigal, Leblon (...) são mais levadas a efeito para proteger certos e determinados indivíduos do que mesmo para embelezar, no mínimo, a cidade".

Contra as obras de fachada, buscando ser a "zeladora dos interesses do bairro" e nele promover melhoramentos, foi fundada em 17/02/1910 a Associação Beneficiadora de Vila Isabel. O sucesso de um pleito junto à prefeitura, no ano anterior, estimulou os moradores a se organizarem melhor. Mesmo tendo um caráter meramente local e sem qualquer elaboração sobre a questão urbana, a Associação melhora qualitativamente a demanda de obras: reivindica uma biblioteca pública e a construção de casas baratas e higiênicas. Para beneficiar toda a coletividade!

Como se percebe, o surgimento das organizações de moradores está ligado ao processo de urbanização. Em São Paulo, por exemplo, é criada no ano de 1934 a Sociedade de Amigos da Cidade, com objetivos reivindicatórios e estruturada em diretorias regionais. Essas diretorias deram origem, no final da década de 30, às Sociedades de Amigos de Bairros (SABs), que o populismo ademarista e janista utilizou amplamente para implementar suas políticas.

No Rio, a Associação de Vila Isabel estimula o surgimento de

outras, no Engenho de Dentro, Copacabana, Rio Comprido, Méier e Catumbi. Mas é no pós-guerra - e a liberal-democracia cria condições para isso - que o Movimento Comunitário (sem ser assim denominado) se expande. Os cartórios registram a fundação de várias entidades, como a da Ilha do Governador, em 1947. Em muitos bairros, a união dos moradores tem objetivos meramente assistencialistas: a Associação dos Amigos do Leme (ASALEME) faz a "campanha do cobertor" para agasalhar os favelados dos morros da Babilônia e do Chapéu Mangueira e a Associação dos Amigos da Gávea (ASAGA) recolhe móveis, roupas e utensílios domésticos para montar um bazar e vendê-los, a preços simbólicos, aos pobres do bairro. Era o final da década de-50. Essas entidades registram em seus estatutos que não têm caráter político, nem partidário, nem religioso. O aspecto reivindicatório também fica secundarizado em relação a perspectiva beneficente e à colaboração "com as autoridades nas campanhas de alfabetização de adultos, amparo às crianças e higiene", conforme rezavam os estatutos da Sociedade dos Amigos do Grajaú (SAGRA), fundada em 1959.

Uma liderança ocupa com freqüência as páginas do *Diário de Notícias* no ano de 1958. Trata-se de Cláudio Ramos, morador da Urca, empenhado na proposta de formar uma Sociedade de Amigos em

cada bairro do Rio. Com a experiência de ter presidido a Câmara Júnior do Rio de Janeiro - entidade que realizava trabalhos comunitários - e com uma visão mais global da cidade, Cláudio imaginava a organização de moradores suprimindo as omissões e mazelas do poder público. E também pesquisando a história de seus bairros, para festejos anuais de aniversário.

É muito significativo, em fins de 1959, o embate entre a Sociedade dos Amigos da Lapa (que tinha a sugestiva sigla de SOABALA) e as autoridades da antiga Superintendência Urbana de Saneamento (SURSAN). Uma obra pública que espalhava poeira pelo bairro foi contestada pela SOABALA, por violar posturas municipais e atentar contra a saúde pública. Em um telegrama inusitado para a época, a SOABALA solicitava "enérgicas providências, sob pena de promover em juízo criminal a responsabilidade de seus agentes e cúmplices". A entidade, depois, desafiou o presidente da SURSAN a deixar "seu gabinete refrigerado e vir à Lapa em dia e hora de sol abrasador, sem avisar seus auxiliares", para que ele pudesse constatar pessoalmente "o inferno" em que o bairro havia se transformado ... Radicalizando sua posição, a SOABALA não se responsabiliza por reações violentas da população contra as autoridades e ameaça com uma vigília, à luz de velas, durante as



noites de carnaval, caso até lá o problema não estivesse solucionado. 'A Lapa não terá carnaval', profetizava, ameaçador, o presidente da SOABALA, no *Diário de Notícias* de 12/01/1960.

Mesmo sendo uma exceção, a ação da SOABALA, inclusive com o protesto do luto, afixando crepes nas casas do bairro, prenunciava uma das características mais originais do Movimento Comunitário: sua criatividade, a invenção de novas formas de luta e protesto, a criação de canais até então não imaginados de participação, onde todos - e não apenas uma vanguarda - podem desenvolver um papel ativo.

Em maio de 1960 as Associações de Moradores conseguem se articular de forma mais sistemática. Vinte entidades formam o Congresso Permanente das Associações de Amigos dos Bairros do Rio de Janeiro e elegem sua Mesa Diretora. O Conselho Deliberativo, constituído pelos presidentes das Sociedades de Amigos de Bairros, deveria "deliberar sobre assuntos e problemas cujas soluções sejam necessárias ao bom andamento dos trabalhos e do movimento social". Mas era estatutário também o respeito à autonomia e auto-determinação das entidades participantes do Congresso Permanente. Ao defender o livre exercício da cidadania, o encaminhamento de reivindicações à Assembléia Legislativa, a

moralidade administrativa e a observância dos princípios democráticos, o Congresso expressa um desenvolvimento da consciência política das lideranças comunitárias. Em pouco tempo ele passa a ter 44 filiadas, mas sua atuação efetiva, a se considerar pelo noticiário dos jornais da época, é inexpressiva.

Até a década de 60, na verdade, as Sociedades de Amigos de Bairros preocupam-se com a melhoria da qualidade de vida, pleiteando limpeza urbana, transporte, iluminação, escolas, mas têm caráter predominantemente assistencialista.

É de se notar que antes mesmo do golpe militar de 1964 já ocorre o processo de desmobilização e desativação de diversas Sociedades de Amigos de Bairros, especialmente da classe média. Isso pode ser explicado pela criação de uma nova estrutura administrativa: as Administrações Regionais do governo Carlos Lacerda. Já em sua campanha, Lacerda indicava sua intenção: "a departamentalização dos distritos urbanos será a resposta que as associações de bairro esperam para suas dificuldades (...). Ao reunir diversas funções sob serviços locais, coordenados com autonomia de decisão, ela permite que a população fique mais próxima da administração pública, que estará submetida à vigilância diária do consumidor". (*Diário de Notícias*, 12/06/1960)

As Administrações Regionais e seus administradores, chamados à época de "prefeitinhos", vão assumir o papel de intermediárias entre a população e as autoridades. As Sociedades de Amigos de Bairros, que tinham, quando muito, um papel reivindicatório, esvaziam-se. A atomização da população, que busca individualmente a solução para os seus problemas, junto às Administrações Regionais, cresce novamente. As forças políticas dominantes, preocupadas com a modernização da máquina administrativa e até com a descentralização, em nenhum momento destacam a necessidade da organização autônoma da população. Esta categoria também não existe entre as próprias lideranças comunitárias.

A despeito disso, o golpe militar de 1964 foi um fator inibidor da organização popular, mesmo a mais elementar e despolitizada. Castrando - e cassando - a representação política e voltado para a montagem de um Estado tecno-burocrático militarizado, que abolia os mecanismos formais de democracia burguesa, o regime implantado com o golpe impôs impedimentos e desestímulos ao dinamismo da sociedade civil.

Algumas lideranças de associações de favelas, com tradição de resistência à política de remoção, chegaram a ser presas. Nessas áreas, entretanto, agências governamentais continuaram estimulando



a existência de entidades meramente assistencialistas. Renato Raul Boschi diz, a respeito: "as restrições à livre associação são a consequência óbvia e imediata de um regime de exceção. Contudo, a repressão afeta em graus diversos a capacidade de organização dos grupos sociais. Isto pode ser observado no caráter mais durável do movimento de favelas ao longo do tempo. Houve até mesmo algum crescimento no período de 1964-1968 e uma relativa estabilidade durante o período repressivo de 1969-1973. Nessa mesma época, poucas associações de classe média se constituíram e as que existiam foram praticamente desativadas". (Boschi, Renato Raul, 1987)

Qual o significado disto? De um lado, o fato revela a necessidade que os moradores têm de preservar seus instrumentos de defesa. De outro, o estímulo das classes dominantes em manter certas "válvulas de escape" entre a população pobre e controlar sua organização. É revelador o decreto do governo estadual baixado em novembro de 1969, que exorta à criação de uma associação em cada favela, para que a comunidade possa, através dela, ter acesso às verbas e projetos governamentais. As autoridades ganham um enorme poder de intervenção nos assuntos internos das Associações e também na substituição das lideranças.

O que aponte até aqui indica os limites políticos das experiências associativas no Rio de Janeiro. A questão da cidadania ainda não está colocada em seu amplo sentido. A reivindicação imediata, local - mesmo quando assume a forma combativa de resistência à remoção de uma favela - domina o cenário de atuação do Movimento. O Estado vê nas Associações de Moradores um apêndice seu, uma espécie de escritório local de viabilização de sua política de clientela.

Nota-se também a inexistência de vinculação entre o Movimento Comunitário e as entidades sindicais ou quaisquer outras organizações de trabalhadores a partir da produção. São intervenções estanques: o espaço da reivindicação e da ação urbana não se comunica, por nenhum canal social, com o da reivindicação salarial e da ação trabalhista.

Mas nosso objetivo principal é o Movimento Comunitário coordenado pela FAMERJ. E este resulta da retomada, em novas bases, da mobilização nos bairros, na segunda metade dos anos 70.

O modelo de desenvolvimento adotado pela ditadura militar contribuiu, através da complementação do processo substitutivo de importações, para a complexificação da estrutura de classes. No Rio, uma forte classe média urbana é beneficiária indireta do

chamado "milagre econômico", participando das sobras do banquete propiciado pela reconcentração da renda e pelo crescimento do consumo vertical.

Ao lado disso, a hipertrofia do Executivo e o papel meramente decorativo dos Legislativos nesse período levaram a população a buscar, pouco a pouco, formas próprias de representação. O processo de "distensão lenta, gradual e segura" do governo Geisel estimulou a ocupação por grupos de moradores de um espaço deixado pela falência da representação política formal. Esta, de resto, com honrosas exceções, jamais procurou vincular-se de forma organizada, permanente e não clientelista, à base da sociedade.

Em outubro de 1977, quarenta entidades da sociedade civil, dentre as quais algumas Associações de Moradores, participaram da I Semana de Debates sobre o Rio de Janeiro, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Até então tinha ganho algum destaque a Sociedade dos Amigos da Equitativa, um conjunto de prédios no bairro de Santa Teresa. Registrada em 1975, a entidade conseguiu importante vitória com a compra dos imóveis, através de financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF), por parte dos antigos inquilinos.

Em 1976, o noticiário registrava a fundação da Associação dos



Moradores da rua Lauro Müller e Adjacências (ALMA). Valorizando princípios auto-gestionários, a ALMA dispensou administradoras de condomínios de alguns prédios da rua, desenvolveu uma pré-escola, lutou por uma área de lazer comum a todos. Num país carente das mais elementares liberdades democráticas, uma crônica de Carlos Drummond de Andrade, publicada no *Jornal do Brasil* de 11/10/1977, destacava a **educação para a democracia** praticada pelo renascente Movimento Comunitário: "(...) Olha aí, minha gente, o sufrágio universal operando com toda a força em miniatura política, num pedaço de área metropolitana do Rio de Janeiro. Acodem todos com entusiasmo cívico municipalista. Não podendo escolher o chefe da Nação ou o governador do Estado, escolheram o diretor da ALMA. (...) O pessoal da Lauro Müller tem alma e botou uns traços dessa alma na sua organização comunitária. Tudo artes da democracia, essa prezada moradora, gente de casa, vizinha de confiança e bom conselho, a quem se deve recorrer sempre, pois é quem dá as melhores dicas."

A I Semana de Debates sobre o Rio de Janeiro concluiu pela necessidade da criação de uma federação que agrupasse todas as entidades comunitárias. Um dos participantes da Semana, que veio a ser vice-presidente da diretoria provisória da Federação das

Associações de Moradores e Entidades Afins do Rio de Janeiro (FAMERJ), em entrevista transcrita parcialmente por Sérgio Pechman (op.cit.), afirma que as conclusões dos debates revelaram que os problemas da cidade tinham causas comuns e manifestações diferentes. Exemplificava com a especulação imobiliária desmatando e poluindo na Zona Sul e grilando terras e formando loteamentos clandestinos na Zona Oeste. Existia, segundo ele, "a possibilidade de um trabalho unitário em termos de luta contra as causas de tudo que deteriora a qualidade de vida no Rio de Janeiro", sendo viável "uma unidade de luta, mas ao mesmo tempo respeitando as características de cada uma das comunidades". Um morador da Zona Sul da cidade poderia, perfeitamente, combater os mesmos adversários de um morador da Zona Oeste.

No dia 05/01/1978 é registrada oficialmente a FAMERJ. Nucleando 17 Associações de Moradores ou entidades similares, não se pode dizer que a FAMERJ tenha nascido de um amplo movimento de bases. Pelo contrário, um de seus objetivos é exatamente o de fomentar a criação de novas Associações de Moradores, não só na capital, mas em todo o estado.

Sociedade civil sem fins lucrativos ou vinculações partidárias e religiosas, a FAMERJ objetivava também congregar as

Associações, representar e defender os interesses de suas filiadas, propugnar por melhores condições de vida para a população e preservar o patrimônio histórico, artístico e paisagístico da cidade. Liderada por cidadãos que, de diversas maneiras, tinham resistido ao regime autoritário e desenvolviam uma consciência política democrática e progressista, a FAMERJ rejeitava a perspectiva assistencialista ou exclusivamente localista das Sociedades de Amigos de Bairros das décadas anteriores. Novos tempos!

A primeira diretoria permanente da FAMERJ tinha seis membros: um (o presidente) da Zona Sul do Rio, oriundo da Sociedade dos Defensores do Alto Leblon, e os outros cinco da Zona Oeste, saídos do Centro de Estudos da Zona Oeste, Conselho de Moradores de Vila Kennedy, Conjunto Habitacional D. Jaime Câmara e Centro Assitencial, Recreativo e Esportivo de Santa Margarida.

Essa hegemonia de setores da população mais pobre e a inflexão política na concepção do movimento talvez explique a cautela inicial de várias Associações em relação à FAMERJ: 'a posição do pessoal era de absoluta desconfiança. Achavam, quase todos, que a Federação podia ser uma forma de manipulação político-partidária. Consideravam a iniciativa do Cosme Velho uma



coisa pura, maravilhosa, que não podia ser contaminada. Defendiam a posição de que cada bairro construísse seu trabalho intramuros, deixando a articulação de lado. Eu defendia a abertura desse trabalho e comecei a trabalhar nesse sentido, buscando o máximo de informações", relata Jó Rezende, então presidente da Associação de Moradores do Cosme Velho, Zona Sul do Rio. (Rezende, Jó. 1985)

Pouco a pouco, porém, essas resistências foram sendo vencidas. O grupo dirigente da FAMERJ e os defensores da viabilização da Federação, entre os quais o próprio Jó Rezende, iam a reuniões de Associações e visitavam bairros e conjuntos habitacionais com um princípio fundamental: contribuir para a organização daquela comunidade. É Jó Rezende quem conta, novamente: "foi estabelecido que percorreríamos todos os bairros onde houvesse algum embrião de organização comunitária - fosse uma escola de samba, um centro pró-melhoramentos, mesmo fechado, uma sociedade de amigos de bairros". (op.cit.)

## CAPÍTULO II - A FAMERJ E SUAS LUTAS

Em setembro de 1980, na Cidade de Deus, realizou-se o I Encontro Popular de Saúde. O que este Encontro representou para a consolidação da FAMERJ e do Movimento Comunitário articulado, partindo da questão específica (e dramática) da saúde popular, está nítido na apresentação do livro que contém as conclusões do evento:

"Desde há muito tempo que as Associações de Moradores vinham desenvolvendo atividades ligadas à preservação da saúde de forma espontânea e desarticulada. Em 1979 ocorreu, no Rio de Janeiro, um fato da maior importância e que veio a se constituir num marco decisivo para despertar a consciência sanitária dos médicos, dos profissionais de saúde e da população. Naquele ano um debate público promovido pelo Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro permitiu que se estabelecesse o primeiro contato entre as Associações de Moradores e os profissionais de saúde. A partir deste contato os moradores iniciaram, nos seus próprios bairros, uma intensa discussão sobre as questões de saúde e desses debates começaram a ser criadas comissões de moradores interessadas na problemática da saúde da comunidade (N. do A.: formaram-se mais de

50 comissões). As comissões de saúde aprofundaram o estudo das variáveis que influíam negativamente na saúde e despertaram os moradores para a necessidade da prática coletiva de reivindicação e de ações para a conquista da saúde. Esse processo culminou com uma manifestação popular da maior importância - o **Encontro Popular pela Saúde**. No dia 14 de setembro de 1980 reuniram-se, na Cidade de Deus, cerca de três mil moradores provenientes de mais de 100 comunidades, numa grande demonstração da capacidade organizativa das Associações de Moradores. Neste Encontro foram apresentados 53 relatórios, elaborados através da discussão democrática dentro de cada Associação e que retratam as miseráveis condições de vida, de saneamento básico e de assistência médica no Estado. Os moradores souberam fazer, com perfeição, a ligação entre a saúde e as condições sanitárias, de moradia, de transporte, de lazer, de desemprego, de baixos salários, de falta de escola. Em linguagem simples, relataram as prioridades de um plano de saúde para o Rio de Janeiro." (*Saúde: Direito de Todos*, publicação do Centro de Defesa da Qualidade da Vida, RJ, 1982)

Como se lê, o Movimento Comunitário dava novos passos no sentido de entender a questão urbana e suas relações. O problema específico e até particular, de uma determinada comunidade, não



poderia mais ser analisado de forma restrita e parcial. Os bairros mais pobres e desprovidos dos serviços urbanos tinham maior mobilização em função da necessidade de reagir a esse abandono. O vínculo entre a capacidade arregimentadora e a solução de um problema específico, a bem da verdade, é muito estreito. Não foram poucas as vezes, ao longo da história da FAMERJ, que o atendimento a uma determinada reivindicação levou ao esvaziamento do Movimento.

Mas não foi apenas a luta pela saúde pública que enraizou a FAMERJ. Em seus doze anos de existência, a FAMERJ teve presença marcante na organização da luta dos mutuários do Banco Nacional de Habitação (BNH) por uma nova política habitacional. Esse movimento pela habitação teve início nos conjuntos habitacionais de áreas pobres, onde os índices de inadimplência eram crescentes. Logo também os mutuários de classe média são atingidos, como efeito de uma nova política salarial que corrói os ganhos do trabalho. A FAMERJ reconhece o Estado - representado pelo BNH - como seu interlocutor e antagonista. Reivindica soluções para o problema habitacional como direito e não como concessão. Ataca pontos vulneráveis do implementador da política nacional formulada pelo Estado, colocando uma questão clara: é direito adquirido o

financiamento habitacional como percentagem fixa do salário de cada comprador da casa própria.

Nessa luta pela habitação, a FAMERJ ganha dimensão nacional e passa a ser uma referência para os três milhões e 400 mil mutuários do BNH em todo o Brasil. Baseados na Lei 4.380/64, que criou o BNH e estabeleceu o princípio da correção das prestações pela equivalência salarial, mutuários do Rio de Janeiro e de mais 16 estados da Federação moveram ações judiciais contra o BNH e obtiveram cerca de 200 mil sentenças favoráveis. Foi então criada a Coordenação Nacional dos Mutuários, da qual a FAMERJ fazia parte.

O governo civil, da transição conservadora de José Sarney, criou, em 1985, um Grupo de Trabalho para a reformulação da Política Habitacional. A Coordenação Nacional dos Mutuários condenou a composição elitista do Grupo de Trabalho, lembrando que nele não havia representantes dos favelados, nem dos assalariados urbanos e rurais, nem dos servidores públicos, nem das entidades nacionais de categorias profissionais como advogados, economistas e engenheiros. Mas mesmo assim decidiu participar e colocou com nitidez a calamitosa situação habitacional do país:

"1- quatro milhões de brasileiros e suas famílias, que

conseguiram comprar a casa própria, ameaçados de serem punidos com execução e perda de seus imóveis - com tudo o que já pagaram -, por não conseguirem suportar as prestações ilegalmente reajustadas por índices superiores aos dos reajustes salariais nos últimos 3 anos;

2- inadimplência, conforme depoimento do próprio Presidente da República, que ultrapassou o índice de 60% dos mutuários;

3- estoques de centenas de milhares de unidades construídas e sem comercialização porque o sistema habitacional e o BNH perderam a credibilidade e ninguém compra a longo prazo sem confiar;

4- milhares de casas abandonadas por famílias que se anteciparam à infâmia de serem despejadas como se fossem maus pagadores;

5- a construção civil com mais de 75% de sua capacidade ociosa, provocando desemprego insuportável, justamente nesse setor que pode absorver a mão-de-obra menos qualificada e, por isso mesmo, mais pobre;

6- um déficit habitacional acumulado que, segundo dados oficiais, vai além de 15 milhões de unidades;



7- repetidas tentativas enganosas de induzir mutuários a renunciarem seus direitos básicos, optando por alterações contratuais apresentadas através de bilionárias campanhas de publicidade que não mostram a verdade;

8- conjuntos habitacionais inteiros desabando, afundando, deteriorando-se aceleradamente ou mesmo inconclusos, apresentando irregularidades de toda ordem, financiados, construídos e vendidos com evidentes fraudes e desrespeito à Lei, sob o acobertamento do BNH, seus agentes financeiros e construtores inescrupulosos;

9- agentes financeiros (a maioria, conglomerados bancários) ostentando, em seus balanços, aumentos semestrais nos lucros de mais de 500%, enquanto quase Cr\$ 30 trilhões são devidos ao BNH por muitos desses mesmos agentes e mais aqueles em liquidação extrajudicial, concluída ou em curso. Não pagam, têm a dívida congelada (pela não incidência de juros e correção monetária!), e ninguém os ameaça de execução; e tudo isto agravado por não atuarem com recursos próprios os responsáveis públicos e privados por esse descalabro, senão que com as sofridas economias populares, do FGTS e também das Cadernetas de Poupança;

10- enfim, um gravíssimo impasse e uma impressionante

dívida moral, social e política para com a Nação, que nos últimos 20 anos (embora muito tenha se esforçado para isso, alguns pagando com a própria vida a ousadia desse esforço), em nenhum momento pôde participar da escolha de seus governantes, da formulação das políticas públicas, da gestão de recursos da coletividade, nem pôde fiscalizar os desgovernos que se sucederam." (Diagnóstico Preliminar da Coordenação Nacional dos Mutuários para o Grupo de Trabalho, out./1985)

E não se ficou aí. Se na crítica à composição do Grupo de Trabalho as entidades associativas já demonstravam visão ampla, não corporativista ou localista, do tecido social, outro aspecto inédito precisa ser destacado. Pela primeira vez na história brasileira os cidadãos - organizados a partir de seu local de moradia em entidades autônomas - formularam propostas amplas de mudanças, de forma objetiva. A **cidadania coletiva** ganhava aí uma fisionomia concreta, pois propunha políticas públicas que direcionavam o Estado no sentido de atender a demandas majoritárias, sem descurar de aspectos técnicos para sua viabilização. O saber e o sentir se inter-relacionavam e geravam um novo tipo de conhecimento dos problemas sociais:

"Por tudo isso, nossas propostas de mudança, para exame e debate nesse Grupo de Trabalho e com os mais diversos segmentos da sociedade, são as que se seguem:

1- as diretrizes da política habitacional devem ser elaboradas e sua execução rigorosamente controlada pelo Congresso Nacional;

2- o órgão executivo central dessa política deveria estar situado no Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, transformando-se o BNH em instrumento de gestão financeira do sistema;

3- dever-se-á assegurar a destinação exclusiva dos recursos do FGTS e das Cadernetas de Poupança para os financiamentos habitacionais, coibindo-se qualquer desvio para outras finalidades;

4- as camadas da população com renda baixa (até em torno de 7 S.M.) deverão ter prioridade no financiamento, atribuindo-se prioridade absoluta para as famílias de baixíssima renda (até 3 S.M.), para as quais deverão ser destinados recursos orçamentários e a fundo perdido (como os do FINSOCIAL), para subsidiar parte dos custos da unidade ou módulo inicial, melhoria



ou material de construção, e até mesmo o lote urbanizado ou a regularização fundiária. Para estas camadas, dever-se-á estimular o aproveitamento de energia comunitária e a autoconstrução, como forma de reduzir custos. Os programas para as faixas de renda baixa deverão receber tratamento diferenciado, mais favorecido, em termos de condições de pagamento, juros e correção monetária das prestações e da dívida e prazos, devendo-se estabelecer para as prestações, ainda, limites máximos de comprometimento de renda compatíveis com sua estrutura de gastos essenciais. A infra-estrutura, preferencialmente através de sistemas não convencionais, e os equipamentos urbanos devem ser sustentados pelas agências governamentais (nos três níveis) e as concessionárias desses serviços, pois as tarifas já incluem os custos de implantação;

5- devem-se priorizar os financiamentos diretos ao interessado, individual ou coletivamente, invertendo-se a relação produtor/consumidor como atualmente se dá, passando-se a conhecer previamente o futuro adquirente da moradia e possibilitando-lhe acompanhar a produção da moradia;

6- é necessário redefinir os papéis dos agentes financeiros, públicos e particulares, eliminando-se a participação

dos bancos privados no financiamento de habitação para as classes de baixa renda e reduzindo-se sua participação e as taxas de juros e demais despesas e encargos, sobretudo os disfarçados, e extinguindo os sem causa, nos financiamentos para as camadas de renda média (até em torno de 20 S.M.). Entre as despesas a serem prontamente extintas estão as Taxas de Administração e Cobrança, a Comissão de Abertura de Crédito, a Taxa de Transferência e a Taxa de Inscrição e Expediente, pois simplesmente não têm razão saudável para existir;

7- redefinida sua atuação, hoje em quase nada distinta dos procedimentos dos agentes privados, dever-se-á atribuir com preponderância aos agentes oficiais (Caixas Econômicas, Bancos Estatais) a responsabilidade pela captação dos recursos para habitações destinadas à classe média;

8- parece conveniente analisar a criação de um sistema de depósitos e acumulação de poupança programado para os pretendentes a financiamentos, que teriam preferência, dentro de suas respectivas faixas;

9- igualmente quanto à constituição de um fundo especial para o financiamento da casa do trabalhador rural;

10- deve-se estudar a criação/adaptação de novos

mecanismos de captação de recursos para financiar a moradia das camadas de renda superior à média (digamos, acima de 20 S.M.). Para estes financiamentos deverão ser fixadas as condições gerais, especialmente quanto a limites para as taxas de juros e demais encargos;

11- é necessária a descentralização administrativa e financeira da política habitacional, atribuindo-se papel preponderante e assegurando maior autonomia ao Setor Público (Estados/Municípios/COHABs), entidades de crédito oficiais (Caixas Econômicas e Bancos Oficiais), cooperativas e entidades sindicais, de classe e comunitárias, que reduzam a intermediação e possibilitem participação e transparência nas decisões, execução dos projetos e na fiscalização pelos interessado. Descentralização que compreende também a autonomia maior para as delegacias regionais do BNH, inclusive para gerir parte dos recursos do FGTS nos próprios Estados onde são arrecadados, liberando os financiamentos e fiscalizando a execução físico-financeira;

12- nas habitações destinadas às camadas de baixa renda, haverá prioridade para programas cooperativos, tendo como Agentes Promotores, além dos Estados e Municípios, entidades



sindicais e de classe e Associações de Cidadãos, e como Agentes Financeiros, o próprio BNH ou entidades oficiais de crédito;

13- impõe-se a compatibilização da produção de habitações para os diferentes extratos de renda a partir de levantamentos, feitos pelos Estados e Municípios, das necessidades habitacionais e sua consolidação num Plano Nacional de Metas Habitacionais;

14- tal Plano Nacional de Metas deveria ser vinculado a uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano que preveja ações integradas, tanto para a produção de conjuntos habitacionais (definida a quantidade máxima de unidades por conjunto), como em relação a programas estaduais de implantação de equipamentos sociais e de infra-estrutura e serviços básicos;

15- caberá reformular as COHABs e suas relações com o BNH, livrando-as das peias da burocratização exagerada, capacitando-as e lhes atribuindo maior autonomia administrativa e financeira para serem eficientes instrumentos de política habitacional de Estados e Municípios;

16- não se pode protelar a efetivação de um política de estoque de terras urbanas, em mãos do Poder Público (BNH, Estados e Municípios), mediante programa nacional e integrado, com

financiamento e condições especiais, destinando-se essas áreas à realização de projetos de habitação popular;

17- a redução dos custos de construção requer medidas para racionalizar e combater a especulação na produção e comercialização de materiais de construção;

18- medidas legislativas são necessárias para:

a) capacitar os Estados e, sobretudo, os Municípios a interferir com vigor na ocupação e uso do solo urbano, através de mecanismos jurídico-administrativos (especialmente, a possibilidade de tributar progressivamente os vazios urbanos retidos para fins especulativos e a valorização patrimonial decorrente de investimentos públicos - algo como a contribuição de melhoria). Deve-se recomendar a aceleração do debate e da tramitação do Projeto de Lei 775 na Câmara dos Deputados, que estabelece uma nova política de desenvolvimento urbano e cria mecanismos de intervenção do Poder Público sobre o espaço urbano;

b) possibilitar tributação expressiva sobre o lucro em transações imobiliárias sobre a transmissão da propriedade imobiliária através de herança, assim como sobre os ganhos provenientes de aluguéis, sempre que ultrapassem determinados valores mínimos;

c) revogar o D. Lei 70/66, que permite a execução extra-judicial da dívida em atraso, e alterar dispositivos autoritários contidos na Lei 5741/71, que permite a execução especial, sumária, da dívida hipotecária, sem assegurar amplo direito de defesa;

d) aprovar, no Senado Federal, o Projeto de Lei 252/84, já aprovado na Câmara dos Deputados, e que estabelece limites máximos de comprometimento de renda para as prestações dos mutuários e preceitua normas de conteúdo social para o SFH;

e) assegurar maior proteção à poupança popular; definir responsabilidade pessoal do administrador de instituição financeira do SFH; conferir maior publicidade às intervenções e liquidações de instituições financeiras; e quanto à efetiva apuração de responsabilidades e pronta e eficaz punição dos infratores, no que nos alinhamos com as sugestões apresentadas pelo Presidente do BNH em seu depoimento perante a CPI que investiga o Sistema Bancário e Financeiro do Brasil, em 24.09.85, que podem ser um ponto de partida para a discussão;

21- COMO MEDIDAS DE CARÁTER EMERGENCIAL PARA RESOLVER O IMPASSE DOS AUMENTOS ILEGAIS DAS PRESTAÇÕES A PARTIR DE 1983, POSSIBILITANDO A REDUÇÃO DA INADIMPLÊNCIA E A RECONCILIAÇÃO



ÉTICA, JURÍDICA, FINANCEIRA E POLÍTICA DO BNH COM A NAÇÃO,

VOLTAMOS A PROPOR:

a) suspensão imediata dos processos de execução judicial e extra-judicial da dívida de mutuários, BNH e Agentes Financeiros, com o abandono da intransigência por parte destes últimos, para que se possa chegar a uma fórmula de consenso, objetivo sempre buscado pelo mutuário;

b) sejam considerados em caráter provisório as eventuais adesões às propostas de alteração contratual feitas com base na propaganda oficial;

c) revogação imediata das Resoluções 46 e 47/85, que estabeleceram os índices e as fórmulas não aceitas de reajuste das prestações para julho do ano em curso;

d) reconhecimento do direito à equivalência salarial, anualidade e prazo fixo para os contratos assinados nessas condições, retroativamente a julho de 1983, sem qualquer alteração contratual, conforme o Poder Judiciário vem garantindo, isto é, corrigindo-se a prestação pela UPC até o limite da variação legal dos salários, sempre que estes sejam excedidos por aquela." (op.cit.)

Contudo, é de se ressaltar que, mesmo atingindo esse nível de formulação, o movimento de mutuários não gerou grandes saldos organizativos no interior das Associações de Moradores. Condicionado por uma reivindicação imediata e direta, e hegemonizado por setores sociais de classe média, que nem sempre vivenciavam a deteriorização de suas condições urbanas de vida, o movimento dos mutuários engajou poucos de seus participantes em outras ações associativas e comunitárias.

Antes desse movimento de caráter nacional, a FAMERJ já lutava contra a especulação imobiliária e por um novo zoneamento urbano. No 1o. Congresso da entidade, realizado em 27, 28 e 29 de maio de 1983, com a participação de 1313 delegados representando 168 Associações de Moradores, o uso capitalista do solo urbano era criticado: "o capital, representado pelas empresas de construção civil e do mercado imobiliário, intervém no controle do solo urbano, em todos os níveis: a) acumulando terrenos, sobretudo em áreas de crescimento da cidade, e criando estoques reguladores; b) forçando a incorporação de padrões urbanísticos para todos os níveis de construção e fazendo com que a produção de moradias requeira a intermediação do capital financeiro (bancos e financeiras), através do planejamento urbano e dos sistema

financeiro; c) controlando a comercialização da moradia, regulando, com isso, o preço dos terrenos e imóveis.

A utilização do espaço urbano como mercadoria no sistema capitalista é facilitada pela ação do Estado que, cedendo à pressão dos grupos imobiliários, viabiliza abusos em relação à legislação do solo urbano. A influência é exercida sobretudo através da liberação de gabaritos, permissão de usos comerciais e industriais em área não recomendadas, facilitando a aprovação de projetos." (Resoluções de 10. Congresso da FAMERJ)

Também a luta pela regularização dos loteamentos clandestinos e irregulares saiu reforçada neste 10. Congresso. Reivindicações de cerca de 600 mil moradores desses loteamentos foram relacionadas: propriedade da terra para quem nela mora, cadastramento público de todas as áreas de posse ou irregulares, desapropriação de áreas 'griladas', urbanização de favelas e transformação das mesmas em bairros populares, o mesmo se fazendo com os loteamentos irregulares, muito numerosos sobretudo na Zona Oeste da cidade.

Outro setor de consumo coletivo que cimentou a organização da FAMERJ foi aquele relacionado ao abastecimento. Enfrentando a crônica carestia, que deita raízes na estrutura



colonial-exportadora da formação social brasileira, moradores organizados resolveram tentar a eliminação do intermediário na compra de hortifrutigranjeiros.

O projeto da Feirinha Comunitária, como ficou conhecido, começou em 1980 com apenas cinco Associações (três da Zona Norte e duas da Zona Sul). Foi feito um contato direto com pequenos produtores das regiões de Papucaia, Pati do Alferes e Nova Friburgo. A crescente demanda de outras Associações, animadas com a experiência, e a inexistência de variedades de produtos que satisfizesse a uma cesta básica, além de problemas de transportes dos gêneros, determinou a superação dessa etapa. Logo se percebeu a necessidade de existir, na cidade do Rio de Janeiro, um ponto para o recebimento e distribuição da produção.

A partir daí, a CEASA (Central de Abastecimento) foi contatada, subsidiou tecnicamente o processo - com dados e estudos sobre preços, safra etc. - e alugou um box que centralizava o recebimento dos produtos, que tinham preço fixo por um período de seis meses.

A experiência visava propiciar a compra de produtos hortifrutigranjeiros a preços de 30 a 40% mais baratos, através da aproximação produtor-consumidor. Mas também buscava interferir no

planejamento, deliberação e execução da política agrícola oficial, contribuindo para que os pequenos produtores tivessem maiores possibilidades de comercializar suas mercadorias.

Em dezembro de 1983, nada menos que 16 mil famílias participavam do projeto. Diariamente, 13 caminhões saíam do box da FAMERJ na CEASA, percorrendo diversos bairros do Rio. O depoimento de Jó Rezende, Presidente da FAMERJ de então, revela aspectos interessantíssimos da experiência e seu conteúdo fortemente educativo: "(...) apareciam até pessoas que não comiam ou não sabiam comer legumes (...) Em alguns casos, a situação era de uma carência tão grande que as pessoas nem sabiam o que deviam comprar porque não era hábito fazer compras. Mas os preços dos produtos eram tão mais baixos que abriam possibilidades de melhor alimentação para muita gente. Era a oportunidade de começar a comer melhor, de aprender a comprar de forma coletiva (...) Os produtos chegavam - uma vez por semana - nos dias, horários e pontos marcados pelas Associações. Os caminhões despejavam os caixotes e um grupo de moradores fazia a divisão em lotes de acordo com o número de pessoas que havia feito a compra. Feita a distribuição, os lotes eram sorteados de modo a que não houvesse reclamações posteriores." (Rezende, Jó. op. cit.)

A demanda crescente, a grande repercussão da Feirinha, nos meios de comunicação e, também, as falhas no que se refere a horários e qualidade dos produtores favoreceram a competição dos setores profissionais da distribuição de gêneros alimentícios na grande cidade. Em meados de 1984 começaram a surgir diversos sistemas de distribuição domiciliar de alimentos, "cooperativas" de compra etc. Todas sem aquela preocupação de se combater os intermediários. Algumas até patrocinadas por grandes redes de supermercados, e com preços similares, nesse momento, aos da "Feirinha". A precária organização dos pequenos produtores do Estado do Rio também contribuiu para o declínio da experiência. O sistema prevaleceu e reforçou a antiga indagação: é possível desenvolver - com êxito duradouro - experiências cooperativadas, autogestionárias ou socializantes dentro do modelo capitalista de sociedade?

Ficou, todavia, o germe da organização, a consciência de que a inflação não é um fenômeno incontrolável ou sobre-humano, a paulatina compreensão de que a estrutura agrária e a política agrícola são aquelas apontadas no 1o. Congresso da FAMERJ: "hoje o campo brasileiro se caracteriza pela penetração cada vez maior do grande capital: este, com os 'bons' resultados obtidos no



desempenho de atividades industriais e financeiras, parte agora para o campo visando aquisição de grandes extensões de terra, com fins meramente especulativos. É também marcante a utilização da terra como reserva de valor, processo facilitado pelo Estatuto da Terra, que proporciona facilidade de crédito e incentivos fiscais: surgem aí os grande projetos agropecuários, ou de reflorestamento, promovendo grandes desmatamentos, expropriação de posseiros, suborno às autoridades. (...) A pequena propriedade, voltada basicamente para a produção de gêneros de subsistência, vem atravessando crises e mais crises, não só pela absoluta falta de preparo técnico e financeiro, como pelo brutal estrangulamento de sua produção. (...) O resultado disso é que os produtos do consumo interno começam a ter seus preços bastante elevados, pois a produção não é suficiente para atender a toda a população e, por outro lado, os produtores-lavradores recebem cada vez menos pelo que produzem. Isso pode se constatar até mesmo comparando a elevação dos preços de seus produtos com a elevação de insumos de que necessitam (adubo, sementes, incetisidas etc.)." (op. cit.)

A luta das Associações de Moradores em relação ao transporte coletivo nunca foi muito consistente e sempre se vinculou prioritariamente aos ônibus. Outros meios de transportes

importantes no Rio, como trem, barcas e metrô, só mereceram atenção e empenho do Movimento Comunitário em situações especiais, geralmente vinculadas a ampliação de linhas e redução de acidentes.

Partindo do reconhecimento de que transporte público é serviço fundamental e não pode ser, portanto, objeto de lucro, algumas Associações e a FAMERJ desenvolveram campanhas raramente bem sucedidas. A ação, quase sempre, consistiu na denúncia de aumentos dos preços das passagens, como bem retrata a notícia do *Jornal O Dia*, de 11/06/1985:

#### **FAMERJ faz manifestação contra aumento de Ônibus**

"A FAMERJ promoveu ontem, às 17 horas, no Terminal Américo Fontenelle, junto à Central do Brasil, manifestação contra o aumento de 60% nas passagens de ônibus. (...) Os manifestantes levaram cartazes com dizeres "60% é roubo" e "Chega de aumentos de passagens" e não tiveram qualquer problema com a polícia, postada discretamente à distância. Apenas um fiscal da Coderte comunicou que ali não eram permitidas manifestações, mas se retirou logo em seguida."

A estatização das empresas de ônibus sempre esbarrou num problema, quando pleiteada por Associações e pela FAMERJ: o péssimo desempenho da empresa estatal, a Companhia de Transportes Coletivos (CTC). Também o congelamento do preço das passagens foi uma reivindicação que não empolgou, pois a maioria da população a considerava inviável, irreal.

A chamada "Luta de Transportes", portanto, malgrado a repercussão desse serviço no cotidiano da população trabalhadora - que gasta, em média diária, três horas para chegar e retornar do local de trabalho - nunca teve uma dimensão muito forte.

Também as ações reivindicatórias por mais escolas - a "Luta de Educação" - não chegou a ser marcante. Talvez porque os problemas habitacionais, de saúde e saneamento básico sejam mais imediatos e, supostamente, mais concretos. Herança de toda uma tradição política paternalista e da dominação efetuada através da marginalização escolar, muitas comunidades ainda não descobriram o direito à escola.

A partir de 1983, com a posse do governador Leonel Brizola, uma ampla discussão sobre Educação começou a se desenvolver na sociedade, até porque esta era colocada como prioridade da administração estadual. Acontece que a proposta do governo



Brizola, cuja marca eram os Centros Integrados de Educação Pública (os CIEPs), transformava a unidade escolar em posto de assistência social. Durante todo o dia crianças que viviam em condições precárias de vida teriam café, almoço, lanche, jantar e depois, de banho tomado, voltariam para suas casas. A proposta, sem dúvida, sensibilizou. E o que se viu, de 1983 até hoje, foi uma nova reivindicação: comunidades pleiteando "brizolões" em seus bairros. Inclusive com eles viria a possibilidade de empregar gente do próprio bairro, na animação cultural, na cozinha, na vigilância etc.

Segundo César Benjamin e Márcio Costa, em artigo publicado na *Folha de São Paulo* de 03/10/1989, intitulado "Não é o que parece", "a escola de turno integral teria a função básica de retirar as crianças de ruas, bairros pobres e favelas durante todo o dia, pois o meio social em que vivem é - fica implícito - degenerador e perversor. Estamos diante de um discurso que não só se adequa com perfeição à vocação assistencial e paternalista do populismo como apresenta forte apelo ao senso comum, penetrando em todas as classes sociais."

Este apelo foi tão eficaz que a questão dos CIEPs e a demanda por sua construção foram a tônica do movimento reivindicatório

gerado em torno da Educação. Isto apesar do 1o. Congresso da FAMERJ, em 1983, ter aprovado um programa de lutas relativas à Educação que colocava a necessidade do aumento de verbas destinadas a esse serviço, participação da comunidade escolar no planejamento pedagógico e na escolha das direções, publicação pelo Estado de livros a serem distribuídos gratuitamente, reforma geral dos prédios escolares - tidos como as piores edificações do serviço público -, integração universidade-escola pública e criação de círculos de alfabetização.

Essas reivindicações, justas e abrangentes, nunca foram aprofundadas nem encaminhadas de forma massiva pelas Associações de Moradores. Mesmo a participação das entidades comunitárias nos Conselhos Escola-Comunidade (CECs), criados em fins de 1984, deixou muito a desejar.

Uma campanha que ilustra esse fenômeno perverso da hegemonia governamental sobre a demanda por mais escola e melhor educação foi a da tentativa de transformação do Instituto Lafayette, na Tijuca, Zona Norte do Rio, em escola pública. Uma grande mobilização, envolvendo Associações de Moradores de classe média, do segundo semestre de 1983 até 1984, não foi suficiente para convencer o governo estadual, apesar de seu reiterado compromisso

com a escola pública. O governo preferiu investir na construção dos CIEPs e o Instituto Lafayette - fechado há dois anos - foi comprado pela Fundação Bradesco, que reabriu a escola para os filhos de seus funcionários.

Na área da cultura, as Associações de Moradores notabilizaram-se pelas freqüentes campanhas por espaços de lazer. A vitoriosa campanha pela urbanização dos terrenos remanescentes das obras do Metrô, ao longo da Linha-1 (Tijuca-Copacabana), é exemplar. Os interesses da especulação imobiliária, como raras vezes ocorreram no Rio, foram subjugados pela pressão popular e o governo estadual comprometeu-se a construir, em cerca de 100 terrenos, equipamentos coletivos. Assim surgiram, ao longo da avenida Heitor Beltrão, na Tijuca, entre 1985 e 1986, diversas pequenas praças, quadras de esportes, uma escola pública (CIEP Samuel Weiner), uma Casa de Cultura (que sedia o Sindicato dos Escritores), o Museu Espaço Ciência Viva e o Centro Comunitário da Tijuca. Um folheto da Associação de Moradores e Amigos de Botafogo (AMAB), convidando a população para a inauguração da Praça Chaim Weizmann, tem significado histórico:

A praça já é do povo



"Quem ainda se lembra da "guerra do aimpim"? A ingênua reação de alguns moradores nas proximidades das obras do Metrô que, para se verem livres da intransigência das autoridades e empreiteiras, não tiveram outra saída a não ser lançar pedaços de rama de aipim contra guindastes e britadeiras. Tudo na esperança de reconquistar um pouco de tranqüilidade durante a realização daquelas obras, que se prolongavam pela noite adentro.

Isto tudo aconteceu em meados dos anos 70. Foi quando os moradores das ruas Barão de Itambi, Jornalista Orlando Dantas, Clarisse Índio do Brasil e Paulo VI resolveram abandonar as reações isoladas e partir para a solução conjunta de seus problemas. A construção da Praça Chaim Weizmann é mais uma das conseqüências deste trabalho conjunto que, entre outros frutos, já rendeu para a comunidade a arborização de suas calçadas, a abertura de um dos acessos da estação do Metrô e a instalação de uma cabine da PM. Realizações conquistadas graças à iniciativa e recursos da própria comunidade.

Sem dúvida, a Praça Chaim Weizmann foi uma das mais custosas e trabalhosas. Na verdade, consumiram-se três anos de árduo e persistente trabalho para que a área de pouco mais de cinco mil metros quadrados na confluência das ruas Fernando Ferrari e Farani

não se transformasse em mais um espigão ou um estacionamento da Coderte - como desejavam alguns. Foram necessários dezenas de ofícios, cartas, audiências e reuniões.

Será o primeiro, entre 98 terrenos remanescentes das desapropriações feitas pelo Metrô, a ser reconquistado por uma comunidade. Abrindo, assim, caminho para que outras Associações de Bairros também consigam desencantar o esquecido decreto 5.627, assinado pelo ex-governador Chagas Freitas. Desencantar uma lei que apesar de regulamentar a transferência destas áreas para as comunidades era tratada até então como letra morta."

Os encantos da burocracia, do aparelho do Estado comprometido com os interesses privatistas, eram quebrados pela mobilização da comunidade e pela pressão da opinião pública ...

Tocando em questões que interferiram na saúde dos corpos, a "Luta pelo Saneamento Básico", especialmente em áreas mais abandonadas, como as Baixadas de Jacarepaguá e Fluminense, sempre teve destaque na atuação da FAMERJ. É interessante notar que, na perspectiva do Movimento Comunitário, a ecologia ganha um inequívoco conteúdo social. Ela não se restringe à proposta de disciplinas escolares que estudem o meio ambiente, mas está

presente na reivindicação pela dragagem e canalização de rios, tratamento de lagoas e criação de redes de esgoto sanitário acompanhadas por estações de tratamento.

Demonstrando uma visão mais global do problema, as Associações presentes ao 10. Congresso da FAMERJ não têm dúvida em apontar a "política governamental centralizadora" como uma das principais causadoras das precárias condições de vida da população pobre: "os recursos do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) devem ser entregues aos respectivos governos estaduais e municipais para serem aplicados a fundo perdido nas obras de Saneamento Básico, obedecendo às prioridades específicas de cada região".

Mas o nosso objeto central - a educação política produzida pelo Movimento Comunitário - ganha contornos definitivos na posição das Associações de Moradores e da FAMERJ diante das questões políticas gerais e, especialmente, dos momentos eleitorais.

Em 26/9/1982 a FAMERJ promoveu, no Clube Municipal, um debate com os candidatos ao governo do Estado. Na ocasião, eles receberam publicamente o documento "As Associações de Moradores e a Construção do Estado Democrático" - uma síntese das experiências e



propostas da FAMERJ. O documento exigia um "programa de governo claro", onde todas as propostas apontem para "o mesmo objetivo de justiça social". E afirmava, a partir dos quatro anos e meio de existência da Federação a necessidade da: "descentralização do poder, (...) criando canais permanentes de comunicação entre o Estado e a população; (...) reconhecimento das Associações de Moradores como parte legítima dos interesses da população; redirecionamento dos investimentos públicos, colocando como prioritário o atendimento às necessidades básicas das áreas carentes; promoção de amplo debate entre o Executivo, o Legislativo e as Associações de Moradores sobre as propostas orçamentárias; acompanhamento pela comunidade da execução dos programas aprovados." (set./1982)

O vencedor das eleições foi um dos candidatos que havia se comprometido com o documento, Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). No dia 27 de março de 1983, dez mil pessoas representando 150 Associações reuniram-se com o governador recém empossado e seu secretariado, no ginásio do Olaria Atlético Clube, Zona Norte do Rio. Dezenas de documentos contendo reivindicações específicas foram entregues ao governo, junto com um documento mais geral intitulado "Propostas de Relações entre as

Associações de Moradores e o novo Governo do Rio de Janeiro".

Nas eleições para prefeito do Rio, em 1985, novo debate público foi realizado, desta feita na UERJ, Maracanã, Zona Norte do Rio, dia 27/10. As eleições na capital deram a vitória ao PDT novamente, tendo como vice-prefeito um ex-dirigente da FAMERJ, Jó Rezende, o governo municipal buscou de imediato abrir canais permanentes com o Movimento Comunitário. Na convocatória para o Primeiro Encontro Associações de Moradores - Prefeitura do Rio, promovido conjuntamente pela FAMERJ e pelo governo municipal, propunha-se "um novo tipo de relacionamento entre os movimentos populares e o poder público, para que os programas de governo sejam, cada vez mais, orientados segundo as reais prioridades da população e para que esta população seja representada por movimentos e associações autônomas e independentes".

Em 1986 a FAMERJ, mais uma vez, se fez presente no cenário político. Num debate promovido em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, ao qual compareceram mais de duas mil pessoas, aquele que seria eleito o governador, Moreira Franco, do PMDB, assinou o texto "Os Dez Mandamentos do Governador Fluminense", que revelava bem as concepções do Movimento Comunitário. O governador eleito comprometia-se a:

I- Usar sua influência política para apoiar todas as propostas progressistas que forem apresentadas na Constituinte (...), opondo-se aos interesses dos poderosos (...);

II- apoiar, decisivamente e sem manipulações, as iniciativas do Movimento Popular, fortalecendo sua organização independente e o crescimento da consciência política do nosso povo (...);

III- governar de forma democrática, respeitando as Associações de Moradores, os Sindicatos e demais entidades de representação da população, combatendo sem tréguas a política do favor, do empreguismo e das decisões tomadas sem consulta à comunidade (...);

IV- praticar a descentralização administrativa, jamais sonegando informações de interesse público, abrindo o orçamento para a população organizada, estimulando as formas de Poder Local (...);

V- realizar imediatamente as obras de Saneamento Básico, sem cobrança de qualquer espécie (...);

VI- criar uma política que legalize e urbanize os loteamentos e implemente a Reforma Urbana (...);

VII- garantir a boa qualidade do transporte público e de massa,



ampliando os sistemas metroviário, ferroviário, de barcas e a CTC (...);

VIII- assumir uma política de saúde que proteja a população e promova a integração e democratização dos órgãos federais, estaduais e municipais (...);

IX- prosseguir na construção dos CIEPs, na implantação do turno único em outras escolas e na integração dos programas de ensino (...);

X- cumprir tudo o que foi definido acima e explicar detalhadamente ao povo qualquer não realização das promessas de campanha, para que a Política recupere sua dignidade e a demagogia eleitoreira não tenha mais vez entre nós.

Nova Iguaçu, 19 de outubro de 1986."

Foi no processo constituinte nacional que essa politização de base avançou mais. Depois de uma cuidadosa preparação, onde a história das Constituições brasileiras esteve sendo relatada e estudada, através de documentos mimeografados e cartilhas, a FAMERJ realizou, nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 1986, o seu Congresso Constituinte dos Bairros, na UERJ.

Durante 22 horas, cerca de mil delegados e observadores do Movimento Comunitário debateram idéias e formularam, no final, nada menos do que 206 propostas para a Constituição Federal e/ou Estadual. Buscava-se ampliar os direitos políticos e sociais da população, levando em conta os interesses das grandes maiorias marginalizadas.

A publicação que contém tais propostas, editada pela Fundação Educar, tem uma introdução - "A luta faz a lei" - que diz: "Queremos uma Constituição escrita em linguagem clara e sem conceitos ambíguos que dêem margem a várias interpretações. Queremos uma Constituição que comece por afirmar os direitos e garantias dos cidadãos e das coletividades, para depois definir o papel do Estado, já que o povo é o grande soberano. (...) Sentimo-nos Constituintes de Rua, Constituintes dos Bairros, uma vez que nos preocupamos com as mudanças que farão um Brasil mais justo, igualitário e fraterno. E enquanto responsáveis pelo Movimento Comunitário em nosso Estado, afirmaremos no dia-a-dia de nossas Associações de Moradores uma verdade maior: A LUTA FAZ A LEI. Só com muita atuação será posta em prática a nova Constituição."

Historiamos, brevemente, as lutas do Movimento Comunitário a

partir da criação da FAMERJ e a perspectiva dos movimentos similares que antecederam a existência da Federação. É preciso, porém, trabalhar com dados concretos e recentes que nos indiquem sobre quem e o quê estamos falando quando nos referimos a Movimento Comunitário.

Assim como na Espanha franquista as reivindicações do movimento citadino em suas mais variadas formas precederam a conquista da liberdade, o processo de democratização da sociedade brasileira tem no Movimento Social Urbano um de seus móveis mais decisivos. A crise urbana traz, de um lado, a importância crescente da força de trabalho e dos meios de consumo necessários à sua reprodução. Por outro lado, o capitalismo reluta em produzi-los, já que não são suficientemente rentáveis. O Estado - não por acaso principal interlocutor do Movimento Comunitário - passa a ser "o patrão dos serviços públicos", como diz Manuel Castells.

A composição social heterogênea, as reivindicações na esfera do consumo coletivo e a crença num poder do Estado "neutro e regulador" tirariam qualquer conteúdo mudancista desses movimentos. Entretanto, cabe indagar sempre qual a contribuição da organização de moradores para a construção de uma democracia



efetivamente participativa.

O mapeamento das organizações comunitárias do Estado do Rio de Janeiro, realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), no período de julho de 1988 a maio de 1989, a pedido da diretoria da FAMERJ, traz um perfil básico das Associações de Moradores do Rio, feito a partir de entrevistas com presidentes e diretores de 328 entidades. Ele revela a capilaridade do Movimento no tecido social e suas deficiências, possibilidades e contradições.

Esta pesquisa nos indica que o crescimento da organização comunitária se deu junto com o processo de democratização, isto é, entre o fim da década de 70 e o início dos anos 80. Até 1983, 64% das Associações de Moradores tinham sido fundadas. Importante destacar que mais da metade delas (52%) estão em bairros da periferia, onde a ação do poder público é mais ausente.

O movimento é sustentado por uma vanguarda mais consciente. Apenas dez pessoas, pelos dados da pesquisa, têm atuação permanente, e a média mensal de participantes em reuniões gira em torno de 50 pessoas. Ainda assim, cabe perguntar: que outras instituições da sociedade civil conseguem nuclear mais pessoas? Os partidos políticos, com sua tradição cartorial, têm funcionamento

mais regular?

Essa vanguarda - e a informação não é desprezível - conheceu a ditadura militar já em idade adulta, pelo fato de quase a metade dos dirigentes entrevistados ter mais de 40 anos. Uma consciência forjada no período em que as liberdades políticas praticamente não existem, portanto. Por outro lado, a importância da escolaridade como instrumento da construção da cidadania pode ser percebida no fato de nada menos que 48% das lideranças entrevistadas ter pelo menos o 2o. grau completo. Ler, escrever e contar são caminhos para o pensamento crítico e para a consciência organizativa, pelo que se afere.

Não ter uma situação privilegiada, identificando-se por isto com a classe trabalhadora, parece ser fator de estímulo ao engajamento comunitário: a pesquisa indica que apenas 7,5% das lideranças comunitárias percebem mais de dez salários mínimos por mês.

Fica confirmado pela pesquisa que o movimento é essencialmente prático, pela prioridade que dá às manifestações de rua e pelo teor concreto de suas reivindicações. É importante para a sua dinâmica e continuidade o fato de ter 50% de seus pleitos atendidos parcial ou totalmente.

Porém, as Associações não se restringem às reivindicações vinculadas à melhoria das condições de vida - e aí é notável o fato de educação e transporte, que até então não tinham muito destaque, serem atividades importantes de julho de 1987 a maio de 1989. É bastante significativo o fato de 21% das Associações de Moradores terem destacado em sua atuação as "questões políticas", isto é, o direito à participação, à cidadania, à conscientização e à participação na elaboração de projetos e decisões de governo.

A criação da FAMERJ e a generalização do Movimento Comunitário fazem com que a atuação dos cidadãos engajados nas Associações de Moradores ganhe muitas dimensões.

No plano mais direto, "bairrista" propriamente dito, como vimos, as Associações atuam contra a especulação imobiliária e pelo zoneamento urbano, na defesa de uma política de habitação popular, propriedade da terra e regularização dos loteamentos clandestinos, pela saúde e saneamento básico, pelos transportes coletivos, pelo abastecimento, por educação, cultura e lazer.

Em relação ao Estado, as Associações afirmam constantemente a preservação de sua autonomia, mesmo sendo este seu principal e constante interlocutor. A participação no processo decisório - sem cooptação -, o combate à corrupção na administração pública e a



luta pela descentralização da gestão também são recorrentes.

As Associações vinculam-se, igualmente, embora sem um engajamento mais efetivo, às chamadas "lutas gerais" da população brasileira, pelas liberdades democráticas, contra a exploração do trabalho e pelo atendimento, através de políticas sociais, das necessidades básicas da população. Aspiraões planetárias, como a paz entre as nações, o desarmamento e a autodeterminação dos povos, além do equilíbrio ecológico, não são estranhas ao Movimento Comunitário.

O importante é destacar, por fim, que o Movimento Comunitário coordenado pela FAMERJ tem uma substância democrática fundamental para a construção da cidadania coletiva. Dialeticamente, o cidadão desprezado pelo regime autoritário redescobre sua dimensão política a partir dos níveis mais primários de sua relação social.

O cientista político Leo Lince, participante ativo do próprio Movimento e ex-presidente da Associação de Moradores e Amigos da Usina Muda (AMAUM), analisa: "afastado dos grandes negócios do Estado, o cidadão se vê obrigado a circunscrever seu interesse político ao universo da vizinhança e adjacências, até como medida de precaução e segurança. O mergulho da cidadania nesse universo circunscrito termina por transformar a vizinhança no território de

muitas descobertas. Acossado, o cidadão retrocede até a soleira de sua porta, onde a sua descartável condição de animal político se exercita no recôndito da família, no papo com os amigos de fé e os vizinhos de confiança. O Estado autoritário, ao prescindir do cidadão, desenvolve neste a indiferença com relação aos negócios do Estado e a sensação de que também ele, o cidadão, pode prescindir do Estado. Essa sensação perdura até o momento em que se retrocede aos níveis mais elementares do tecido da sociedade: a família, o círculo de amigos e vizinhos. E é exatamente neste momento e neste lugar, a partir do qual já não é mais possível retroceder, que a cidadania resgata sua concretude e redescobre sua força. A sociedade desarticulada, gelatinosa, se percebe reverso da medalha do autoritarismo e, portanto, co-responsável pelo fato político autoritário. Surgem, então, os primeiros esforços no sentido da construção de instrumentos de auto-preservação e auto-realização da sociedade civil." (Lince, Leo. 1984).

Dialeticamente, o autoritarismo, ao tentar reduzir o espaço do público e do político, joga grupos e classes nas relações elementares de amizade e vizinhança. Mas não se diga que aí não brota a dimensão política e a contradição: "o primeiro que, tendo

murado um terreno, decidiu dizer: Isto é meu e encontrou pessoas bastante simples para acreditarem nele foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou entulhando o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: Guardai-vos de escutar este impostor! Estais perdidos se esqueceis que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém!" (Manfred, A.. 1972)

Por trás desta forma prosaica de se referir à origem da luta de classes, o autor revela que as relações pessoais e diretas estão carregadas do social. É aí que renasce o ser gregário, o homem da pólis, aquele que se inquieta com o seu destino e o dos outros.

A ditadura militar implantada em 1964 estimulou ao máximo a despolitização da sociedade e a ideologia do *self-made-man*. Porém, nas escolas e universidades o descontentamento crescia e afirmava a impossibilidade do regime impor a censura, o silêncio e o isolamento à grande maioria.

Uma das formas mais originais de se retomar a dimensão política da ação humana, justamente partindo do mais próximo de cada um - a rua, a praça, o bairro - foi o Movimento Comunitário.



E ele surge não para "murar terrenos", mas exatamente para "arrancar estacas ou entulhar fossos". O recuo "até a soleira da porta", assim, é o passo atrás que permitirá dar, depois, dois à frente, politizando o cotidiano a partir das questões ligadas ao local de moradia e desvelando as contradições do sistema, de uma forma pedagógica. Uma pedagogia cuidadosa, pois que trata de trazer à luz as contradições secundárias geradas pelo embate capital x trabalho, como veremos a seguir.

### CAPÍTULO III - POSSIBILIDADES E LIMITES DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO:

#### ASPECTOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS

##### I) O Movimento Comunitário questiona o sistema capitalista?

Nas sociedades modernas - capitalistas ou socialistas - é unanimemente aceito o papel do Estado como produtor e gestor dos bens de consumo coletivo. Habitação, saneamento básico, educação, transporte e saúde, por exemplo, são considerados direitos da cidadania e dever do poder público. Nas formações sociais capitalistas, contudo, essas novas demandas - derivadas do processo urbano-industrial de desenvolvimento - geraram um impasse: por um lado, o investimento nos equipamentos de consumo coletivo é necessário à reprodução da força de trabalho; por outro, limita a utilização intensiva da cidade realizada pelo capital, naturalmente mais interessado em setores rentáveis (lucrativos) e nos mínimos custos com a produção.

Não é, portanto, sem tensões e contradições que o Estado capitalista volta-se para o atendimento de demandas públicas, inclusive porque não é de sua natureza real atender a essas demandas. Acumulação de capital e consumo coletivo são pólos de um

processo que não flui sem conflitos. É perceptível o fato do poder político local, a nível de municípios, concentrar esforços na reprodução da força de trabalho, enquanto que a reprodução do capital tenha mais implementos do poder político regional, através dos governos estaduais, e do poder nacional, via governo federal. No Brasil, o conhecido esvaziamento financeiro dos municípios não está alheio a essa definição. Ela orienta uma política urbana posta a serviço - de forma cada vez mais explícita e exclusiva - das necessidades de acumulação capitalista. Toda a ação social do Estado, nesse sentido, objetiva maximizar os benefícios do capital.

Assim, os serviços públicos essenciais à reprodução da força de trabalho têm sua lógica de produção regida pelos critérios de rentabilidade capitalista. O longo período de autoritarismo militar, iniciado em 1964, aprofundou esse processo de privatização do Estado e de despolitização da sociedade.

Haveria, em função disso, um caráter anticapitalista do Movimento Comunitário? O correto seria dizer que ele tem um potencial anticapitalista, que poucas vezes é desenvolvido. Como a maior parte das contradições urbanas são conjunturais - solucionáveis nos marcos do sistema -, as ações dos moradores



organizados esgotam-se, muitas vezes, nas conquistas imediatas. Uma certa ortodoxia marxista é taxativa: por sua base policlassista e por sua atuação fora da esfera produtiva, os Movimentos Sociais Urbanos são incapazes de ultrapassar o imediatismo das reivindicações.

Esse "reformismo" explicaria também a fragilidade do Movimento Comunitário para resistir à cooptação da classe dominante, na figura de um Estado "neutro e regulador". O esvaziamento do Movimento decorreria, em última e dialética instância, do seu próprio sucesso: uma vez conquistados determinados objetivos locais e imediatos, a nucleação e a mobilização perderiam o sentido.

Assim avaliava Carlos Nelson Ferreira dos Santos, arquiteto apaixonado pelas questões urbanas, que nos deixou prematuramente em 1989. Para ele, os Movimentos Sociais Urbanos têm um objetivo integrador e obedecem às fases de um processo não harmônico classificadas por Victor Turner: rompimento de normas, crises, ação compensatória e reintegração entre as partes. E conclui: "depositar nos movimentos urbanos muitas esperanças de mudança social equivale a acreditar em milagres". (F. Santos, Carlos Nelson, 1982)

Nossa ótica é outra: é impossível uma mudança social no Brasil sem a presença de movimentos urbanos fortes e atuantes. As contradições urbanas, que estimulam o surgimento de movimentos reivindicatórios a partir do local de moradia, resultam do capitalismo monopolista. Há uma oposição entre os interesses do cidadão coletivo - ainda que na imprecisão e indefinição social de sua condição de morador - e os do Estado, controlado pela burguesia - ainda que personalizado em agentes políticos 'sensíveis ao drama social' e paternalistas.

Como diz Ana Maria Doimo, "o espaço urbano expressa antes de tudo relações sociais contraditórias, constituindo-se num *locus* potencial para a emergência de conflitos que podem vir a ter peso na mudança qualitativa e nas relações entre as classes. Apreendê-los como expressão de tais relações - derivadas da lógica capital/trabalho no processo histórico - e não como casos isolados no tempo e no espaço constitui algo de fundamental importância se não quisermos cair em modelos simplificadores da realidade que nos induzem a conclusões apressadas e distorcidas de caráter integrativo". (Doimo, A. M., 1984).

A contradição capital x trabalho ganha novos contornos nesse fim de século. O discurso heróico da classe operária, que seria a

portadora da redenção do universal, contrasta com reivindicações econômicas e lutas sindicais meramente corporativistas, sem conteúdo de transformação social global. Por outro lado, nessa sociedade que se complexifica, é indispensável se reconhecer a riqueza de movimentos sociais das etnias: são os nativos lutando pela preservação de suas terras e culturas, é a maioria negra (a população brasileira é composta por 70% de não-brancos) redescobrando suas raízes e a opressão de que é vítima. É fundamental entender o movimento das mulheres que rompem com o secular patriarcalismo e com o machismo, subproduto do autoritarismo. Os diversos movimentos culturais - grupos de teatro, de música, cineclubistas, de defesa ecológica - que se expandem a partir da década de 70 expressam uma dinâmica na formação social brasileira que vai além da disputa binômica entre burguesia e proletários. Aliás, raramente os trabalhadores das fábricas lideram esses movimentos, que nem por isso deixam de exercer forte pressão de mudança social, especialmente no plano cultural-ideológico.

Manuel Castells refere-se a um movimento citadino variadíssimo como mola propulsora da democracia espanhola. As lutas reivindicatórias, as diversas formas associativas e inúmeras



manifestações culturais precederam a conquista da liberdade e corroeram o regime franquista. "Associações de vizinhos, comitês de usuários, organizações de consumidores, associações de donas-de-casa, grupos de mulheres, clubes juvenis, associações de aposentados e pensionistas, organizações ecológicas, agremiações de comerciantes, associações de paraplégicos, grupos excursionistas e esportivos, entidades cívicas, centros culturais, associações de defesa do patrimônio artístico e tantas outras formas de reunião, de atividade e de expressão que que iam negando, praticamente dia a dia, o silêncio imposto pela repressão policial e a passividade a que tendia uma sociedade baseada na ausência de democracia." (Castells, M.. 1980)

Castells reconhece a "fenda criada pelo movimento operário", mas atribui igual importância à ampliação do leque de grupos ou frações de classes sociais não proprietárias dos grandes meios de produção para que houvesse mudança substantiva tanto na vida cotidiana quanto nas instituições políticas. Esse leque amplo do Movimento Cidadino opunha, segundo Castells, as necessidades sociais aos lucros dos monopólios e a livre e espontânea expressão dos moradores ao autoritarismo burocrático.

A experiência de mais de uma década de ação comunitária

coordenada pela FAMERJ indica que o Estado brasileiro, capitalista, dependente e associado ao grande capital, vem demonstrando incapacidade de produzir, distribuir e permitir o controle popular de bens de serviços públicos. As lutas comunitárias por água, luz, esgoto, calçamento, moradia, posse da terra, urbanização de lotes, transportes coletivos, assistência médica e odontológica, escolas públicas, creches, abastecimento, preservação do meio ambiente, coleta do lixo e informações - por mais elementares que sejam esses pleitos - esbarram em impecilhos contínuos. Mesmo as reivindicações por lazer e cultura - reposição da energia gasta no processo produtivo ou, para alguns, válvula de escape do sistema capitalista de exploração - dificilmente são atendidas. A indagação que se coloca é se isso seria uma simples deficiência do sistema econômico, superável com o tempo, ou uma consequência inevitável do modelo de desenvolvimento capitalista adotado no Brasil.

O desenvolvimento econômico cria demandas novas, necessidades sociais historicamente determinadas. Os meios de consumo coletivo derivam e reproduzem, cada vez mais, a acumulação de capital. Só que, como diz Castells, "os serviços coletivos requeridos pelo modo de vida suscitado pelo desenvolvimento capitalista não são

suficientemente rentáveis para serem produzidos pelo capital, com vistas à obtenção de lucro". (op.cit.)

Aí reside a crescente crise urbana: uma crise na produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo. Uma crise que leva à intervenção do Estado para superar os problemas na reprodução da força de trabalho e assegurar o lucro privado. Os movimentos sociais, ao reivindicarem serviços públicos, forçam a atuação do Estado, reconhecido como poder público. E questionam a lógica capitalista de seu funcionamento, para que ele não seja um mero "patrão dos serviços estruturadores da vida cotidiana".

Os recursos recolhidos pelo Estado, para investir no setor público, entretanto, só podem vir de tributação sobre o capital ou de impostos sobre a massa salarial. Em ambas as fontes de captação há limitações: uma economia baseada na iniciativa privada não comporta excessiva intervenção do poder público e uma carga muito grande imposta ao contribuinte gera insatisfação social e retração da demanda. Daí ocorrer no Brasil um fenômeno que Castells já identificava na economia espanhola, há dez anos: "(...) como as demandas sociais são cada vez maiores no que diz respeito à intervenção do Estado (tanto pelas exigências do capital como pelas reivindicações dos trabalhadores), o Estado recorre à



emissão de papel-moeda e à criação de dívida pública, sem a suficiente contrapartida do valor produzido. Essa é uma das maiores fontes estruturais de inflação. Por isso, a partir do momento em que a inflação atinge proporções tais que ameaça o processo de circulação do capital, uma das primeiras medidas para combater a crise é a restrição da despesa pública que provoca e/ou acelera a recessão, a falência de empresas e o desemprego dos trabalhadores. O desinvestimento do Estado nos serviços urbanos é um efeito direto das políticas antiinflacionárias e a causa fundamental da aceleração da crise urbana na maioria dos países capitalistas." (op.cit.)

O impasse está criado quando o Estado não oferece os serviços cuja demanda ele estimulou, quando não possibilita o consumo coletivo, que através do desenvolvimento das forças produtivas, ele socializou.

As reivindicações do Movimento Comunitário nesse quadro tendem a se aguçar. Seu conteúdo revolucionário dependerá das articulações com outros setores da luta de classes e com o processo político global em curso, onde os partidos da classe trabalhadora têm um papel importante.

O embate que se vê na sociedade é, quase sempre, aquele entre

as forças vivas do movimento social organizado, onde as classes populares estão cada vez mais concentradas e homogeneizadas, e um Estado controlado pelos interesses privados. Esse Estado tem um setor público opaco, frágil, ineficaz, improdutivo, organicamente caótico e politicamente burocratizado. O discurso da privatização encobre uma proposta de não atendimento das demandas sociais e de investimento apenas naqueles setores cujo retorno, na perspectiva da acumulação do capital, for seguro e imediato. Não podendo ou querendo atender ao conjunto da população, o Estado concentra seus investimentos naquelas funções urbanas que mais interessam ao pólo socialmente dominante, isto é, o do capital.

A rigor, as contradições urbanas têm sua origem no processo de produção propriamente dito. As cidades são organizadas de acordo com as necessidades do processo produtivo e espelham, arquitetônica e espacialmente, a estrutura de classes. Os problemas na esfera do consumo coletivo são, portanto, uma decorrência dos antagonismos sociais e das contradições do modo de produção.

Por isso as reivindicações dos Movimentos Sociais Urbanos podem incomodar governos, questionar regimes e até revelar o caráter de classe do Estado.

Cenas da manhã de 21 de março de 1987: no quilômetro 32 da antiga Rio-São Paulo, cerca de 500 moradores, liderados por suas Associações, realizam uma passeata exigindo saneamento básico para o local. Nessa mesma manhã, no elegante bairro da Gávea, Zona Sul do Rio, um número igual de manifestantes denuncia a especulação imobiliária que quer destruir uma área verde. São exemplos de vitalidade do Movimento Comunitário, de seu caráter plural e de suas potencialidades na geração de uma cultura solidária e na busca da cidade como bem coletivo .

Essas demandas elementares obrigam os representantes do poder público a negociar e reconhecer a justeza das reivindicações, dentro da perspectiva do discurso ideológico do governo de "realizador do bem comum". Mas produz realinhamentos internos e pressões sobre os sócios - da classe dominante - do poder, que muitas vezes são obrigados a perder anéis para manter as mãos firmes no controle da administração. O "perder anéis", no caso concreto, é investir em saneamento básico em áreas onde a reprodução da força de trabalho vinha se dando com o mínimo de investimentos ou controlar a verticalização da área edificada, até então realizada apenas na perspectiva do lucro imobiliário, sem qualquer preocupação com a devastação que lhe é conseqüente.



Seria correto dizer que os serviços de infra-estrutura de água, esgoto e arruamento nos bairros populares interessam à classe trabalhadora e o combate à especulação imobiliária não?

O caráter policlassista do Movimento Comunitário não o desfigura. Pelo contrário, uma base social composta por assalariados em geral, operários e até pequenos proprietários, unificada pela crise urbana e pelo anseio de democratização da cidade, dá a esse Movimento um peso estratégico na transformação das relações sociais, pois generaliza as pressões sobre a classe dominante.

A importância da luta comunitária para o movimento operário e popular e a busca de uma unidade crescente está patente no documento final de um encontro que reuniu, em Taboão da Serra (SP), em julho de 1980, 50 lideranças sindicais e comunitárias de quase todos os estados brasileiros. Lá se propunha "exercitar a solidariedade na cooperação mútua com os sindicatos, imprimindo e divulgando o material e a prática das organizações populares. Utilizar a imprensa sindical para divulgar as lutas que estão sendo travadas nos bairros, ao mesmo tempo em que, nos seus órgãos de divulgação, as organizações populares façam chegar até os bairros as lutas sindicais do momento, permitindo, dessa forma,

que os trabalhadores que moram no bairro com as suas famílias participem das lutas das categorias".

Saindo do localismo, entendendo que o bairro faz parte de um tecido urbano e que este tem seus fios gerados pela produção, os cidadãos organizados a partir do local de moradia estarão cada vez mais identificados com aqueles que se organizam a partir do seu local de trabalho. As lutas de moradores e trabalhadores têm uma dimensão social, econômica, política e ideológica, e são uma decorrência lógica do sistema.

É nessa dimensão que o Movimento Comunitário adquire seu significado histórico. Tendo um horizonte político potencialmente anticapitalista, já que os problemas de todo o tipo que coloca só encontram solução num sistema que não tenha o lucro e a mais-valia como êmulos, o movimento das Associações de Moradores pode incorporar parcelas significativas da população que ainda não encontraram seu espaço de atuação política. É sabido que o estabelecimento de relações socialistas de produção, no Brasil e em qualquer parte do mundo, não se dá sem uma intensa mobilização da população trabalhadora - em seus vários segmentos - e sem um alto grau de consciência política. Esse processo não é rápido nem está determinado historicamente. Como diz Francisco Weffort,

"tanto as democracias quanto as revoluções se constroem na luta de vontades políticas conscientes e responsáveis". E essa construção deve ser conjunta, para que não se incorra nos equívocos históricos de "revoluções" que, ocorridas em determinadas conjunturas favoráveis (como a derrota do nazi-fascismo em 1945, na Europa), encastelaram-se no poder burocrático e estatal, uniformizaram mediocrementemente a vida coletiva e não estimularam a participação crítica dos trabalhadores na construção de uma nova sociedade.

Sem revolução cultural e política não há mudança econômica e social real. Sem uma sociedade organizada pela base, nos locais de moradia e de trabalho, não haverá democracia. E a democracia, diz Norberto Bobbio em *Quale Socialismo*, "é subversiva no sentido mais radical da palavra, porque, ali onde ela chega, subverte a concepção tradicional do poder, tão tradicional que é considerada natural, segundo a qual o poder - seja o poder político ou o econômico, seja o poder paterno ou sacerdotal - vem de cima para baixo".

Vale repetir, para não se cair na ilusão liberal: podemos ter eleições a cada ano, partidos políticos que expressem todo o leque de classes e suas ideologias, imprensa livre, militares voltados



para a defesa em caso de agressões externas: sem o povo organizado - povo aqui entendido como todas as classes e frações de classes que vivem do seu trabalho - não há transformação verdadeira, não há possibilidade de democracia e socialismo, e um não se plenifica sem o outro.

## II) O Movimento Comunitário e os partidos políticos

"A Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, política, apartidária, sem discriminação religiosa ou racial, autônoma em suas decisões, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro". Esta é a definição do artigo primeiro do Estatuto da FAMERJ, que aborda o caráter e os fins da entidade. Aprovado no I Congresso Estadual das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro, realizado nas dependências da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), nos dias 27, 28 e 29 de maio de 1983, o Estatuto incorpora a visão, já relativamente generalizada, de que a atuação comunitária é eminentemente política, embora não se deva confundir com a militância partidária.

É verdade que alguns grupos políticos de orientação marxista-leninista, ao se darem conta da importância do Movimento Comunitário na chamada luta de massas, têm priorizado sua interferência na FAMERJ, conseguindo mesmo, no biênio 1987-1989, ocupar cargos importantes na direção da entidade. Mas a perspectiva "vanguardista" -, fruto de uma confusão entre o papel de um partido político dirigente, nos moldes leninistas, e o movimento popular - acabou por levar algumas dessas lideranças ao isolamento, graças também a um discurso muito hermético, compreensível apenas entre os de cultura política mais elaborada. Isso tudo se traduziu numa "combatividade" que ficou mais no discurso e até afastou moradores e Associações da entidade, como veremos na conclusão deste trabalho.

A atividade política das Associações de Moradores é, portanto, essencialmente pedagógica: uma espécie de educação política para o exercício da cidadania. Assim, é notável a **democracia interna** que caracteriza o Movimento Comunitário e a cultura antiautoritária que ele desenvolve. Com isso, há uma evidente redução das possibilidades de manipulação e um fortalecimento da idéia de autonomia. O coletivo deve assumir a responsabilidade e ser o principal protagonista das ações. O

antidogmatismo que permeia o Movimento - malgrado a postura autoritária de certos líderes - é consequência do pluralismo, afirmado estatutariamente.

A autonomia do movimento dos moradores frente ao Estado e aos partidos políticos é um princípio consensual. Considera-se legítimo que os partidos reflitam sobre como os movimentos sociais devem atuar para fortalecer suas estratégias de tomada do poder, mas isso pode significar fazer desses movimentos correia de transmissão das propostas partidárias. A exigência que se faz é que os militantes que têm vinculações partidárias se deixem questionar e transformar pelo próprio movimento. A noção tradicional de "vanguarda dirigente" não encontra muito eco no Movimento Comunitário.

O Movimento Social Urbano, sem dúvida, é político e enfrenta o desafio de trazer a política ao cotidiano. Todas as questões levantadas pelos mais anônimos cidadãos são dignas de serem tratadas. Entende-se que o apoliticismo das massas, mais do que um atraso, é uma rejeição às formas tradicionais de se fazer política. Não é, necessariamente, uma recusa à participação. A descrença nos políticos, tão generalizada, é um clamor por uma nova política.



O já citado II Encontro Nacional entre Dirigentes Sindicais e Militantes do Movimento Popular, realizado em Taboão da Serra, abordou a relação entre partidos políticos e movimento popular:

"Chamamos de partido político este canal de expressão, mobilização e representação políticas, capaz de contribuir para a libertação das classes populares. Frequentemente encontramos no movimento popular certos preconceitos quanto à questão do partido político, como 'o partido não é necessário!', 'quem está em partido não deve estar no movimento!', 'partido é para políticos e nós da base não temos nada a ver com isso! ... Entre as causas deste preconceito situa-se a tradição política das classes dominantes, fomentando a política do clientelismo, dos currais eleitorais, do coronelismo, do populismo e da demagogia em véspera de eleições. Em defesa de seus interesses, a ideologia dominante, manipulada pelos meios de comunicação, incutiu em grande parcela de nosso povo a idéia de que 'política é coisa de políticos', entendidos como os membros das classes dominantes que, 'em nome do povo', exercem o poder. Em contrapartida, o povo estava excluído do poder e não deveria preocupar-se com a instância política; bastava votar delegando sua representação aos políticos profissionais burgueses, e tudo mais viria por acréscimo ..."

Além da crítica às formas tradicionais de manipulação política, o Documento de São Bernardo(1) considerava nefasto o papel de certas vanguardas: "uma causa do preconceito político do movimento popular é a maneira como certos setores, teoricamente identificados com este movimento, procuram "politizá-lo", ou seja, de fora para dentro ou de cima para baixo, como seres dotados de toda ciência política a ser mecanicamente infundida na consciência popular".

Pode-se debitar, sem dúvida, a essas lideranças (esclarecidas e despóticas, muitas vezes) boa parte da responsabilidade pelo esvaziamento do Movimento, na medida em que selecionavam arbitrariamente algumas lutas a serem desenvolvidas - aquelas que teriam, na sua visão, "maior conteúdo revolucionário" - e desprezavam outras, por serem muito específicas ou "de caráter burguês".

Contudo, o maior problema enfrentado pelas Associações de Moradores, nesse aspecto, não é o vanguardismo e sim a subordinação às forças institucionais de reprodução do poder dominante. Para muitos moradores que se associam, as organizações políticas "verdadeiras" seriam os partidos, únicos veículos dos interesses específicos das comunidades. Seria através deles e de

seus representantes, os parlamentares, que se teria acesso às obras de infra-estrutura públicas. Os cidadãos mais simples, desconhecendo os procedimentos necessários para se chegar até ao poder público, delegam aos chamados políticos essa tarefa. E estes - vereadores ou deputados - realizam sua intervenção reafirmando seu poder. Poder de controlar informações importantes, exercer influências, possibilitar a prestação de serviços urbanos. Poder clientelista, em suma. Que sobrevive em função da dependência de indivíduos e comunidades. O discurso da participação, tão em voga hoje em dia, é mera figura retórica que alimenta lideranças paternalistas e reforça estruturas partidárias comprometidas com a subordinação das massas.

As práticas populistas são um bom exemplo de cooptação de lideranças comunitárias e de atrelamento do Movimento. No Rio de Janeiro, um governo estadual eleito em 1982 com o voto dos setores mais explorados e de boa parcela do segmento organizado da sociedade desenvolveu esse método de controle. Apelando quase sempre para "os humildes", os "pobres" em geral, e colocando o governo e a própria figura carismática do líder como "salvação" de todos os males sociais, o discurso populista teve efeito desmobilizador, em muitas áreas. Portador de uma inegável



sensibilidade para o social - que o distancia das elites tradicionais - e conhecedor das propostas das esquerdas, Leonel Brizola conseguiu criar a ilusão de que tinha inaugurado, no seu governo, a era da participação, sucessora da etapa reivindicatória do Movimento Comunitário. Isso levou à paralisação e à burocratização de muitos movimentos associativos e, objetivamente, não se traduziu em conquistas significativas, após quatro anos de governo, mesmo reconhecendo-se que alguns setores do poder público estadual não tinham a perspectiva do atrelamento. Uma frase de Brizola, em março de 1983, num encontro com milhares de lideranças comunitárias, no Ginásio do Olaria, Zona Norte do Rio, foi reveladora: "as Associações de Moradores são afluentes de um rio mais importante, que é o partido político".

O populismo a nível nacional se expressou na cruzada do Plano Cruzado, com o apelo "sarneyista" para que o povo se tornasse "fiscal do presidente". Desprezando as organizações sociais e apelando diretamente aos indivíduos, como se estes pudessem, sozinhos, mudar o curso da história com a agilidade com que se fechou, um dia, a porta de um supermercado, a "Nova" República apostou tudo no seu "tem que dar certo". Os meios de comunicação de massa se encarregaram de fazer 90% da população acreditar nesse

novo "milagre", a praticar o culto da autoridade, a confiar cegamente na ação decisiva do presidente e a não crer, mais uma vez, nas forças sociais e políticas mais autênticas. Como o governo iria travar com sucesso uma luta contra os "especuladores" - melhor dizendo, a burguesia que lhe dá sustentação - sem contar com essas forças? O governo da "Nova" República, que incorpora a maioria dos setores do "antigo regime", não optou por uma política popular com o golpe do Plano Cruzado: utilizou-se de algumas sentidas e antigas reivindicações do movimento popular, como o congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, e ganhou com isso uma sobre-vida em termos de legitimidade. Há algumas semelhanças desse tipo de prática populista com o Plano Collor, adotado em março de 1990.

Apesar de sua eficácia, essa ação política desagregadora é combatida no Movimento Comunitário. Ainda o Documento de São Bernardo é objetivo a esse respeito, no seu quinto ponto:

"5.1. O partido político deve respeitar a autonomia dos movimentos populares, sem pretender torná-los meros reflexos de sua atuação ou extensão de suas esferas;

5.2. o partido político não deve atrapalhar o movimento

popular nem pretender ser o seu tutor. Antes, o partido político deve fazer ressoar a voz dos movimentos populares, coordenando seu ritmo de atividades com o ritmo próprio dos movimentos populares;

5.3. a luta partidária não deve ser confundida com a luta sindical. Ao pretender unificar as bandeiras de luta levantadas no campo e na cidade, o partido não deve pretender agambarcar os movimentos que encarnam ou hasteiam essas bandeiras;

5.4. devem os militantes do movimento popular comparar a prática política dos partidos com seus respectivos programas; avaliar se o partido coloca-se a serviço do movimento popular e não vice-versa; se caminha rumo ao poder exercido pelas classes populares; se desenvolvem trabalho de educação política nas bases;

5.5. o partido é um instrumento de luta das classes populares e deve evitar todo o risco de exclusividade absoluta, assumindo as decisões de base mesmo que elas não estejam em seu programa;

5.6. o partido deve estar presente principalmente no dia-a-dia dos trabalhadores da cidade e do campo, assegurando a expressão e a consolidação política de seus anseios e esperanças."

Há de se reconhecer, todavia, a fragilidade da estrutura



partidária em nosso país. Liberais e Conservadores do Império, e Republicanos representando as oligarquias estaduais na República Velha, configuravam agremiações formais que existiam apenas para dar um aspecto institucional à dominação dos grandes proprietários de terras. Entre 1930 e 1964 o Brasil viveu experiências de "democratização por via autoritária", na feliz expressão do sociólogo Alain Touraine. Excetuando-se o Partido Comunista (tanto o PCB como o PC do B atuais se dizem fundados em 1922, mas não cabe aqui entrar nessa polêmica), nenhum partido político no Brasil tem tradição histórica suficiente para enquadrar-se, por esse critério - de longevidade e princípios programáticos populares -, nas exigências do Documento de São Bernardo. Nossa história partidária não é apenas recente: está, por sua debilidade, recomeçando permanentemente. Será essa também uma característica do Movimento Comunitário?

Jordi Borja, em artigo intitulado "A participação cidadina", publicado na revista *Espaço & Debates*, com a autoridade de quem, além de sociólogo e geógrafo, foi eleito vice-prefeito de Barcelona para Assuntos de Descentralização e Participação, descreve "sinais inquietantes" que revelam a precariedade do sistema partidário espanhol: "altas porcentagens de abstenção em

algumas eleições e referendos (ainda que não em todos) e instabilidade do voto obtido pelos principais partidos; baixo nível de adesão ou filiação aos partidos políticos, pouca atividade de base destes e desvinculação entre o eleitor e o eleito; escasso prestígio social da política e baixíssimo nível de conhecimento público dos programas e atividades dos partidos; tendência crescente de grupos sócio-econômicos ou culturais manifestarem seus interesses e aspirações à margem (ou contra) dos partidos políticos e a não se considerarem representados por estes.'

Essa constatação poderia ter sido feita sobre a dinâmica partidária do Brasil de hoje. O desafio a ser superado - e aí o Movimento Comunitário joga um papel muito importante - é combinar as formas de representação institucional (revitalizadas ou renovadas, obviamente) com as instâncias de participação direta e mais espontânea que a população vem criando.

Borja destaca a influência que os governos democráticos podem exercer nesse sentido. E afirma que a vontade participativa de qualquer governo é provada e comprovada através do apoio que dá às organizações populares não-governamentais, sem exigir em troca nenhum tipo de dependência administrativa ou partidária. O Estado

participativo, diz ele, vive na dialética do pluralismo e do consenso, da confrontação e da negociação, da descentralização e da tomada corajosa de decisões.

O Estado participativo e popular, isto é, democrático, dizemos nós, é aquele que reconhece publicamente as organizações do movimento social e se abre ao seu controle, mesmo sabendo que estas organizações ainda nucleiam uma parcela reduzidíssima da massa trabalhadora (pouco mais de 10% dos 82 milhões de eleitores brasileiros). O Estado democrático e popular articula a democracia de base e a democracia representativa.

O papel do Parlamento, numa democracia de massas, passa a ser o de sintetizador político dos diversos sujeitos coletivos que atuam no cotidiano da cena social: sindicatos, associações de moradores, entidades profissionais, grupamentos religiosos e culturais, clubes de mães, grupos ecológicos e étnicos etc. Aliás, um espectro variadíssimo de organizações estruturou-se no Brasil inteiro, concomitantemente à fundação e o crescimento da FAMERJ:

\*Multiplicaram-se, sobretudo nos últimos tempos, organismos de democracia direta, sujeitos políticos coletivos de novo tipo (comissões de empresa, associações de moradores, comunidades



religiosas de base etc.); ganharam também autonomia e representatividade, na medida em que se desligaram praticamente da tutela do Estado, antigos organismos de massa, como alguns dos principais sindicatos do país, ou poderosos aparelhos privados de hegemonia, como a OAB, a CNBB, a ABI etc.; finalmente, assistimos à irrupção de importantes movimentos setoriais contra opressões específicas (em particular o movimento feminista) ou em defesa da ecologia e da qualidade da vida, cujas reivindicações - de caráter fundamentalmente democrático - são hoje parte integrante da luta pela renovação política e cultural do país.' (Coutinho, Carlos Nelson. op.cit.)

A síntese política que os parlamentos - no âmbito municipal, estadual e federal - podem realizar é fundamental para que interesses exclusivistas, grupais, corporativistas, localistas não prevaleçam. Coutinho relembra as preocupações do marxista Max Adler, em 1919, quanto à ausência de mecanismos de representação política geral fazendo dos conselhos operários de base uma mera representação corporativa, incapaz de exercer a hegemonia sobre o conjunto da sociedade.

É verdade que o Parlamento é uma forma tradicional de representação dos interesses burgueses. É também visível que sua

superior, que permita aos organismos dos trabalhadores e aos partidos populares afirmar sua hegemonia.

Nesse processo de busca da hegemonia dos "produtores associados" no contexto de uma sociedade pluralista e aberta, a formação de um bloco unitário das forças sociais populares é um indispensável instrumento de pressão e controle sobre as instituições de representação política formal.

Carlos Nelson Coutinho, ao defender a ocupação de todos os espaços institucionais, retoma o conceito gramsciano de "guerra de posição": "a progressiva obtenção de posições firmes no seio da sociedade civil é a base não só para novos avanços, que gradativamente tornarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras, mas é sobretudo o meio de evitar precipitações que levem a recuos desastrosos". (op.cit.)

Para se obter vitórias nessa "guerra de posição", a arma mais poderosa é a organização autônoma das massas populares. Só essa organização pode mudar - como já vem fazendo - a composição e o caráter do Parlamento e controlar ou até determinar - como já acontece com o poder local, municipal - a ação do Executivo. Pouco a pouco, de eleição em eleição, o Parlamento registrará, como um

sismógrafo, o avanço da organização popular e exporá uma correlação de forças diferente da que sempre favoreceu as elites, no seu secular autoritarismo.

Esse caminho rumo a uma democracia socialista não poderá ser vanguardado por um único partido político, nem por uma só corrente ideológica e nem mesmo por apenas uma classe social, dada a complexidade da formação social brasileira.

"Seria ingênuo pensar que um só partido político, ou mesmo alguns partidos possam dar conta de um programa tão vasto. Estamos entrando em etapa de amplo desenvolvimento dos conselhos populares, conselhos de empresa, sindicatos, sociedades de bairro, comunidades de base, associações profissionais, associações culturais etc. Uma democracia real em uma país como o Brasil pressupõe não apenas pluralismo partidário, mas também pluralismo institucional - e mesmo social - dos movimentos populares. É o desenvolvimento de todo este complexo de instituições populares que permitirá, no futuro, mudar o eixo da transição." (Weffort, Francisco C., 1987)

III) O Movimento Comunitário e o desenvolvimento da consciência política



"Nos dias 29, 30 e 31 de agosto de 1986 cerca de mil delegados e observadores de Associações de Moradores e outras entidades populares participaram do Congresso Constituinte dos Bairros, na UERJ.

Durante 22 horas, cidadãs e cidadãos comuns do Rio de Janeiro debateram idéias de conteúdos para a nova Constituição brasileira. Numa prova de capacidade política do nosso povo, que quase sempre é mais sábio do que os que querem governá-lo, surgiram dezenas de formulações importantíssimas, aqui relacionadas. São as nossas 206 propostas para a Lei Maior e/ou para as Constituições Estaduais.

Essas propostas, pelo nosso esforço, chegarão até ao Congresso Nacional Constituinte, por nossas mãos e pelas mãos dos candidatos comprometidos com o povo organizado, que elegeremos a 15 de novembro.

Em 1987, continuaremos dando prioridade a essa luta, pois só assim conseguiremos romper os limites tão conhecidos dessa Constituinte. Estaremos articulados ao Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte pela ampliação dos direitos humanos, políticos, sociais, culturais e econômicos da nossa população e por uma organização da sociedade que leve em

conta os interesses das grandes maiorias marginalizadas. (...)

Queremos uma Constituição que comece por afirmar os direitos e garantias dos cidadãos e das coletividades, para depois definir o papel do Estado, já que o povo é o grande soberano.

Enquanto cidadãs e cidadãos do Rio de Janeiro entendemos que a Constituição Federal não deve fechar o campo de atribuição dos estados-membros, de modo que estes possam ter uma verdadeiras Constituição Estadual. Aí também queremos dar nossa contribuição.

Sentimo-nos Constituintes de Rua, Constituintes dos Bairros,  
uma vez que nos preocupamos com as mudanças que farão um Brasil mais justo, igualitário e fraterno. E enquanto responsáveis pelo Movimento Comunitário em nosso Estado afirmaremos no dia-a-dia de nossas Associações de Moradores uma verdade maior: A LUTA FAZ A LEI. Só com muita atuação será posta em prática a nova Constituição."

Este é o prefácio das *Resoluções do Congresso Constituinte dos Bairros*, elaborado pela FAMERJ.

Ele afirma a crescente consciência de cidadania coletiva que o Movimento Comunitário produz. Ele reconhece o papel do Parlamento - no caso, a Constituinte Federal - mas igualmente

identifica a imperiosa necessidade da pressão popular sobre o mesmo. Manifesta também a primazia das coletividades sobre o Estado e a necessidade de se romper com a cultura política cartorial, retórica, jurisdicista: a luta faz a lei.

O Movimento Comunitário, em princípio, desconfia das instituições políticas, sempre postas a serviço das classes dominantes. Mas alimenta esperanças de ver um Estado democrático justo, transparente e eficaz no atendimento das demandas populares.

Há um desejo latente de participação na grande massa, mas esta participação só se efetiva se as pessoas souberem como, onde e para quê. Cabe às próprias Associações de Moradores responder a estas indagações preliminares. Cabe ao sistema político, por sua vez, descentralizar concretamente o poder, criando instituições com poder decisório e recursos a nível local e regional. Este é um desafio que o Estado brasileiro, herdeiro do Absolutismo Monárquico Português, ainda não enfrentou.

Esse desejo latente de participação enfrenta fortes obstáculos, no plano político e ideológico. As elites dominantes cultivam, há séculos, uma postura fatalista que leva a população mais espoliada à passividade frente aos problemas que afetam sua



própria sobrevivência. O que se vê, no mais das vezes, é a organização momentânea com caráter puramente reativo ante uma tragédia ou qualquer situação insustentável. A forte herança paternalista e populista legada pelos dirigentes políticos contribui para essa situação.

A ideologia, produzida em escala industrial, da ascensão social individualizada é fator desagregador. A superexploração da força de trabalho torna extremamente difícil a tarefa de se tirar as pessoas do lazer barato (e quase sempre alienante) oferecido pela TV e colocá-las, motivadas, para discutir seus problemas e buscar, por elas próprias, as soluções. Muitos trabalhadores se recusam a utilizar seu pouco tempo livre em atividades de organização e luta ...

Malgrado tudo isto, a organização popular avança. O Movimento Comunitário propõe reuniões e canais de atuação que multiplicam possibilidades sem impor obrigações, estimulando a capacidade criativa de cada participante. Pouco a pouco foi se aprendendo que reuniões longas e cansativas - onde um suposto 'ver e julgar' predomina sobre o agir - são fatores de esvaziamento.

A solidariedade é, talvez, a maior conquista do Movimento Comunitário coordenado pela FAMERJ: "Hoje eu tenho pelo menos 150

amigos no bairro e quando aparece um problema sinto a solidariedade no ar", diz a antropóloga Regina Prado, 45 anos, ex-presidente da Associação de Moradores de Laranjeiras, com mil associados. "Nós agora somos recebidos pelo prefeito e podemos brigar para que as enchentes não destruam nossas casas e os loteamentos sejam respeitados", conta Grazia Veras, 38 anos, assistente social, e líder da Associação do Bairro Independente, de Campo Grande. "Ninguém se conhecia por aqui, mas fizemos tantas reuniões que conseguimos uma linha de ônibus integrada com o metrô", alega-se José Francisco Drummond Reis, 50 anos, figura de destaque da Associação do Andaraí. Assim, mais importante que conquistas materiais, a grande vitória das Associações de Moradores talvez tenha sido esta: restabelecer laços de solidariedade que pareciam perdidos numa cidade como o Rio de Janeiro e transformar essa solidariedade em ação." (Revista de Domingo do Jornal do Brasil, 02/06/1985)

Causas aparentemente "apolíticas" e banais aglutinam pessoas e consolidam núcleos de participação comunitária. Já se lutou pela preservação de uma figueira no Jardim Botânico, pela manutenção dos bondinhos de Santa Teresa e por áreas de lazer nos terrenos remanescentes do metrô na Tijuca. Em todas essas reivindicações, a

pedagogia da politização em torno do bem coletivo e da compreensão da cidade como espaço público está presente.

As crianças têm nas Associações, especialmente através de atividades de rua como as tradicionais "Manhãs de Criatividade", uma pré-escola da vida política. Essa socialização infantil é fundamental para a elevação da consciência popular e, dentro de alguns anos, produzirá efeitos benéficos em todo o corpo social.

As Associações têm como uma de suas metas a produção de uma cultura popular voltada para as questões do cotidiano. Uma notícia do Jornal da FAMERJ de maio de 1985, sobre o trabalho cultural do MAB (ex-Movimento Amigos de Bairros de Nova Iguaçu, atual Federação das Associações do Município) é significativa:

"O Grupo da Poeira, fundado em dezembro de 1983, começou suas apresentações de rua em abril do ano passado. Durante 84 foram feitas 32 apresentações, com a participação de quatro mil crianças. O trabalho, feito em conjunto com o Departamento Cultural do MAB, é levado aos bairros das AMs filiadas à Federação. Para o MAB, o mais importante é discutir o papel da cultura e do lazer integrados ao dia-a-dia por melhores condições de vida.



O Grupo da Poeira fica em cada bairro aproximadamente quatro horas, em geral aos domingos, dividindo suas atividades entre brincadeiras e a apresentação da peça. Os pedidos de volta ao bairro foram muitos. Como isso era impossível, devido à agenda cheia, abriu-se a possibilidade de as Ams mandarem pessoas para a oficina de criatividade aos sábados, que é o dia dedicado ao trabalho interno do grupo. Geralmente, nesses dias há discussão de novos textos, confecção de bonecos, avaliação e planejamento de novas atividades. A partir daí nasceram dois grupos de teatro: um composto só de crianças, em Jardim Alvorada, e outro composto de jovens, na Associação da Posse, que já está em fase de ensaios."

Os produtores culturais e do lazer socializado são formados pelo próprio povo organizado!

Há um aspecto peculiar na atividade do Movimento Comunitário: muitas vezes a dramatização de um problema vivido pela comunidade é mais eficaz na tomada de consciência do problema do que a distribuição de mil panfletos sobre o assunto ou mesmo do que uma manifestação onde os discursos inflamados se sucedem. Esta é uma das razões da eficácia política do Movimento Comunitário, que contrasta com sua débil capacidade de nucleação: a novidade de sua

proposta cultural e política, a originalidade crítica de muitas de suas ações.

"O movimento de moradores é, ele próprio, uma reação à massificação da cultura, ao recriar formas de convívio social, ao reacender o espírito comunitário, ao revalorizar o papo com a vizinhança. A tentativa de romper com o isolamento em que vive o Homem na grande metrópole é apenas a face externa do esforço para superar o seu dilaceramento interior. A recriação de espaços para a expansão, além das quatro paredes, de sua vida privada, a reconquista da rua, da esquina, da pracinha são vitórias contra a massificação cultural. Por esses espaços revalorizados transita o ser humano, com suas diferenças e suas várias idades. As crianças, os idosos e outros segmentos à margem da vida produtiva direta também habitam esses espaços, reafirmando neles a sua importância.

" (Lince, Leo. op.cit.)

Essa perspectiva "contra-cultural" (isto é, contra a cultura dominante) do Movimento Comunitário também está patente na linguagem utilizada, que busca fugir do formalismo burguês e da pobreza dos jargões de uma certa esquerda, para quem repetir à exaustão "Viva o Socialismo" ou "Abaixo o Imperialismo" contribui para fazer diferentes as relações sociais. A célebre bandeira da

Constituinte, desenhada pelo cartunista Henfil, é um símbolo da comunicação que o Movimento Comunitário ensaia. A construção de espaços de poder, no dia-a-dia, além de romper com a visão equivocada e messiânica de que poder é apenas algo que se toma, num momento excepcional, é feita pelo Movimento na sua tentativa de se fazer entender pelos menos letrados e informados: "Saúde para nós não é só cuidar dos doentes. Não acreditamos em saúde enquanto existirem valas abertas, lixo nas ruas etc. É preciso acabar com a origem das doenças para acabar com a indústria que está faturando milhões com a desgraça do nosso povo. A saúde tem que ser pública e de boa qualidade ...", diz a cartilha com as Teses ao II Congresso da ABM (Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti), realizado em novembro de 1985. Ao lado do texto, ilustrações significativas: uma balança do Estado pende mais para o lado da empresa hospitalar do que para o lado do INAMPS; uma gerente de hospital, tendo na mesa uma caixa registradora e ao fundo um cofre-forte, afirma alegremente que está "vendendo saúde". Ainda esta cartilha traz a simplicidade e a força da questão do lazer, na ótica associativa: "O lazer de nosso povo resume-se em assistir televisão; tudo é planejado para que o povo não se encontre para divertir-se e desenvolver sua cultura. O



mínimo espaço de lazer que existe é só para quem tem dinheiro ou é sócio de algum clube de elite."

Essa reação à massificação da cultura e a produção de uma cultura popular nova, com a politização do cotidiano, tem também outro aspecto fundamental no Movimento Comunitário: a recuperação da memória dos bairros. Diversas Associações, de "asfalto" e de favelas, buscam refazer o processo histórico de formação do bairro, valorizando a história oral relatada pelos moradores mais velhos. Santa Cruz, Laranjeiras, Morro do Borel e Andaraí são algumas das comunidades que escreveram sua história. O jornalzinho *Ponto Cem Réis*, informativo da Associação de Moradores do Andaraí, de maio de 1985, traz um artigo interessantíssimo do professor de história e morador do bairro, Adilson Donato Batista. Ele aborda a homenagem a Chiquina Gonzaga feita pela Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira no carnaval daquele ano:

"A Avenida estava de pé quando cantava, no maior entusiasmo, o refrão 'ó abre alas que eu quero passar/ Eu sou da lira, não posso negar!'. Só que poucos sabiam que estavam indiretamente fazendo uma homenagem ao Andaraí, porque pouca gente conhece a origem do "Abre Alas". No final do século XIX havia, na rua Paula Brito, um

Cordão Carnavalesco com o nome Rosa de Ouro. Entre seus fundadores estava uma moradora da rua, musicista exímia e culta, que não obedecia os padrões femininos da época: Chiquinha Gonzaga.

Em 1899 ela apresentou na sede do Clube, na Paula Brito, uma letra e melodia que acabara de compor. (...) Naquele ano, já nos ensaios só dava o "Abre Alas". Dali saiu para as ruas, em sua primeira divulgação pública, graças ao entusiasmo dos moradores do Andaraí e freqüentadores do Rosa de Ouro. Chiquinha, de certo, estava lá. Só que ninguém podia imaginar que a letrinha simples, compassada e agradável que acompanhava a bandeira do Rosa de Ouro iria se tornar o hino obrigatório e único dos carnavais dos primeiros anos do século XX.

(...) Estas e muitas outras revelações surpreendentes sobre o Andaraí estarão registrada no livro "A história do Andaraí na história de seus logradouros", que será lançado brevemente, corrigindo o "esquecimento" de historiadores e órgãos de divulgação quanto ao papel histórico do Andaraí, que está marcando presença no Rio de Janeiro há quase 420 anos."

O Movimento Comunitário, assim, redescobre a memória da formação social do nosso povo a partir da história comunitária.

Até mesmo a sede própria da FAMERJ, comprada e reformada com recursos que o próprio Movimento gerou, obedeceu a essa perspectiva, conforme testemunha a nota do *Jornal do Brasil*, de 5/10/1985:

### Casa própria da FAMERJ

A FAMERJ - depois de uma década cuidando da casa alheia - comprou casa própria. Ela será inaugurada hoje à tarde com festa. É um sobrado de 1907 que fica na rua Visconde do Rio Branco, 54, no Centro. Como está localizada no Corredor Cultural, pretende disputar o título de restauração mais fiel do Rio Antigo, através de uma obra projetada por arquitetos do próprio movimento comunitário. A compra, reforma e mobília custaram à entidade Cr\$ 500 milhões - cifra que o presidente da FAMERJ, Chico Alencar, faz questão de emoldurar no seguinte comentário: "Nós não recebemos um centavo do imposto sindical".

A sede própria da FAMERJ materializou a autonomia do Movimento Comunitário, condição indispensável para que ele seja um dos elementos constitutivos da democracia de base que se intenta criar. Isso o diferencia, para melhor em termos de potencial, do



movimento sindical, que tem uma trajetória muito marcada pelo atrelamento ao Estado. O selo característico desse atrelamento é o imposto sindical obrigatório, administrado pelo Ministério do Trabalho, organismo tutelar da organização dos trabalhadores criado na era Vargas, logo após a chamada Revolução de 1930. Vale lembrar que só a Constituição de 1988 vedou ao poder público, explicitamente, a interferência e a intervenção na organização sindical (Art. 8o., I).

O Movimento Comunitário, mesmo sendo o primeiro patamar do desenvolvimento da consciência política dos moradores, faz, na sua prática, a propaganda das formas cooperativas e do socialismo como solução global para os problemas sociais. Essa passagem, através da socialização das práticas e de experiências cooperativistas, torna a conquista de uma nova sociedade uma obra consciente da imensa maioria da população, da grande massa dos assalariados, de todas as camadas antimonopolistas. Movimento de massa, a FAMERJ precisa combater permanentemente os discursos herméticos de algumas lideranças, que levam ao isolamento. E não pode abrir mão do que lhe dá vitalidade: a práxis da luta que desenvolve a consciência, cria novos atores políticos, molda a identidade coletiva, gera um mundo novo com a presença organizada de classes

13

sociais conscientes de seus interesses reais.

O Movimento Comunitário traz em seu bojo o aprendizado prático, que os livros não dão, de como se unir, organizar, pressionar, negociar, lutar, vencer ou perder, fazendo história.

Ainda que político e de inspiração socialista, é um movimento aberto a todos os atos e propostas de criação coletiva, sem programas rígidos, preestabelecidos por uma vanguarda bem-pensante. Sua função é eminentemente pedagógica, de educação política das massas, de combate permanente - e penoso, quase sempre - contra a ideologia dominante consumista e de acomodação. A vinculação das idéias progressistas aos interesses e vivências das classes subordinadas, no Movimento Comunitário, exige muita criatividade e abolição dos *slogans* de repetição.

A cultura de homogeneização dos meios de comunicação de massa é enfrentada nas Associações de Moradores com o estímulo à inteligência crítica e com o reforço contínuo da noção de interesse geral. Os grupos marginalizados economicamente encontram nas Associações uma primeira forma de reconhecimento de seus interesses. Evoluem, na terminologia das Comunidades Eclesiais de Base, do estágio de *massa* para o de *povo*, que descobre sua identidade.

Um dos papéis mais importantes desempenhados pelo Movimento Comunitário é a desmitificação do Estado. No embate provocado pelas demandas coletivas uma suposta neutralidade do Estado cai por terra. As Associações de Moradores, ao perceberem que determinados bairros, onde vivem pessoas de classes sociais privilegiadas, recebem todo o tipo de serviço, enquanto outros, onde vivem os trabalhadores, ficam abandonados, se indagam o porquê desse tratamento diferenciado. E chegam a conclusão sobre a dupla função do Estado: a técnico-administrativa e a de dominação política. Mais: entendem que a função técnico-administrativa do Estado é determinada pelo seu caráter de dominação de classes.

Ao reivindicar serviços de infra-estrutura urbana e bens de consumo coletivo, as Associações descobrem, na pedagogia da relação política com as autoridades, que não existem tarefas técnicos-administrativas com um caráter neutro. Não há um poder público acima das classes. Pelo contrário, ao colocar toda a máquina administrativa a serviço das classes dominantes garantindo a existência e a manutenção de partes "nobres" na cidade, o Estado mostra que está, efetivamente, privatizado.

A própria existência de serviços "para os mais carentes" ou de organismos de "assistência" ou "desenvolvimento social" é uma



contrafação desse caráter de classe do poder (pouco) público. O paternalismo também cristaliza a dominação de classe.

A administração pública moderna, complexificando-se, pode esconder essa parcialidade do poder, mas a insensibilidade social da burocracia é patente. A participação crescente da população organizada, ao contrário, torna o Estado mais vulnerável às pressões e também mais aberto às mudanças. O Estado democratizado pela participação e pressão popular passa a ser um espaço de interpelação.

O aparecimento de novos grupos sociais na cena política e institucional concretiza um antigo preceito republicano e democrático: direito de intervenção na vida pública a todos os cidadãos. E traz uma dinâmica à vida social, imposta pelos grupos mais ativos, que contém uma dose de imprevisibilidade e de comportamentos pouco regulados que quebram a rigidez uniformizadora do Estado. De toda forma, isso é alvissareiro. Afinal, como dizia Tocqueville, "uma nação que não peça mais que ordem é já escrava, no fundo do seu coração."

Um exemplo de esforço para a desprivatização do Estado, ainda que nos marcos do sistema capitalista, é o empreendimento pela prefeitura de São Paulo:

"A principal diretriz de Governo é colocar os serviços públicos à disposição da coletividade, e não de interesses de minorias, e, ao mesmo tempo, romper com as práticas de assistencialismo e clientelismo no uso dos bens municipais. (...) O aparelho administrativo está sendo reestruturado para diminuir a burocracia e tornar eficiente a prestação de serviços. Na mesma linha, a Administração procura estimular a organização dos funcionários e da população em entidades, movimentos e conselhos, respeitando sempre sua autonomia. (...) A descentralização e a regionalização permitem contato mais direto da Administração com os municípios. O planejamento, a participação e o acompanhamento da ação governamental, envolvendo os diversos órgãos da Prefeitura, o Legislativo e a população, visam garantir uma gestão voltada para a cidade e seus habitantes." (Plano 89, publicação da Prefeitura Municipal de São Paulo, agosto de 1989)

Esse esforço, porém, resultará vão se não houver população organizada. A garantia de cumprimento do objetivo de desprivatizar a máquina estatal é a intervenção permanente dos moradores na gestão pública.

O Estado, nesses tempos de crescimento da participação popular, tem muitas vezes um procedimento ambíguo. Faz a filtragem e seleção das demandas, de acordo com a força ou a debilidade dos pleiteantes. O Estado, na verdade, nunca satisfaz plenamente as demandas populares. Mas, pelo alto grau de legitimidade e reconhecimento público de que são portadoras, o Estado também nunca reprime inteiramente as organizações e movimentos que conduzem essas demandas.

O Movimento Comunitário contribui para aprofundar a tensão entre governos e população. Essa tensão dialética permite avanços e faz a organização popular penetrar progressivamente nos aparelhos do Estado.

Exemplo disso, pintado com as cores fortes da luta concreta, foi a criação do Núcleo de Loteamentos Clandestinos e Irregulares da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro. O jornal noticia essa conquista da cidadania:

#### **Morador de Loteamento Ilícito da Zona Oeste se queixa ao Prefeito**

Com faixas, carro de som e cartazes, cerca de 800 moradores de loteamentos irregulares da Zona Oeste fizeram, ontem à tarde, uma passeata em Botafogo e invadiram os jardins do Palácio da Cidade



pedindo ao Prefeito Marcello Alencar 'prisão para os loteadores e mais verbas para obras em seus loteamentos'. A manifestação foi organizada pela FAMERJ, que considerou "insuficiente" o orçamento de Cr\$ 60 bilhões para loteamentos, em 1986, e prometeu mais "pressões" (...)

No final, o Prefeito expôs item por item a posição da Prefeitura com relação às reivindicações. Ele concordou com a disposição dos moradores em "levar para a cadeia os loteadores 'estelionatários!"; esclareceu que já havia enviado à Câmara mensagem pedindo a criação do Núcleo Municipal da Procuradoria para resolver só sobre assuntos fundiários (atualmente a regulamentação de loteamentos está sendo coordenada pelo Núcleo Estadual) e anunciou como "medida vitoriosa" a retificação da lei 731, suprimindo o artigo em que a Prefeitura exige o repasse do custeio de mão-de-obra em todo o empreendimento realizado nos loteamentos irregulares. (...) (Jornal do Brasil, 26/9/1985)

O mesmo prefeito Marcello Alencar, agora em mandato obtido nas urnas em 15/11/1988, promoveu, durante o primeiro semestre de 1989, flagrante processo de esvaziamento desse Núcleo. A mobilização das Associações, mais uma vez, foi vitoriosa: houve um

recuo da prefeitura e um reconhecimento da importância do Núcleo. O que parece incomodar as autoridades constituídas é que um organismo como esse provoca, periodicamente, um tête à tête entre representantes da comunidade e os interesses especulativos. E, invariavelmente, é cobrado do poder público uma posição, com encaminhamentos concretos em favor dos marginalizados.

(1) Ele recebeu este nome, apesar do Encontro ter se realizado em Taboão da Serra, como homenagem aos metalúrgicos recém saídos de uma greve, considerada a "mais significativa luta do movimento operário brasileiro", e que inviabilizou a realização da reunião em São Bernardo do Campo, alvo, naquele momento, de especial atenção das forças repressivas.

## CONCLUSÃO

Procuramos demonstrar ao longo deste trabalho que as Associações de Moradores são organizações sociais de base, acessíveis a qualquer pessoa. Nucleadas pelo fator moradia, pela relação de vizinhança, as pessoas descobrem a necessidade de reivindicar, juntas, melhorias do equipamento coletivo de seus bairros. E esse processo é educativo: desvela os mecanismos de funcionamento da sociedade e a dimensão política de toda ação. Desperta também para o sentido da solidariedade: a reivindicação não é exclusiva, para um morador ou para um prédio de apartamentos, mas para o coletivo. A função social do bairro é a ante-sala da compreensão da função social da cidade.

Entretanto, essa consciência do coletivo - não propriamente de classe - que a militância numa Associação de Moradores produz tem seus limites. Organização de bairro, a Associação de Moradores tem sua ótica e campo de atuação voltados para o próprio bairro. Privilegia esse bairro em relação a outros, pois é assim que nucleia moradores oriundos de diferentes segmentos sociais. E, com



1  
isso, arrisca-se a apequenar sua intervenção política, cingindo-se a interesses localistas. Sem dúvida, a tensão visão bairrista x consciência do espaço urbano coletivizado permeia o Movimento Comunitário. Sua virtude maior, a de ferir politicamente questões do cotidiano e do imediato, pode ser também seu maior limite, que é não dar a referência do todo e não favorecer o olhar sobre a cidade e suas contradições.

A história, ainda pequena, das Associações de Moradores, vem engendrando uma linguagem política nova, no falar/escrever compreensível às pessoas ainda distantes das discussões políticas e de qualquer participação grupal anterior. E também nas ações públicas criativas, que buscam envolver os que apenas assistem, contestando sua condição de espectador e chamando-os a opinar, a se envolver, a dizer sua palavra, a afirmar-se na sua condição de cidadão. Daí considerarmos o Movimento Comunitário como uma espécie de "escola básica" de politização.

Hoje, aparentemente, essa "escola" vive uma profunda crise. Não é absurdo considerar até que ela possa "fechar suas portas". Essa crise traz à tona uma nova contradição. Como vimos na introdução deste trabalho, as Associações de Moradores são instituições nas quais as pessoas acreditam. A essa enorme

credibilidade, porém, não corresponde o mesmo grau de participação.

Entendemos que um dos fatores para isso é o que chamaríamos de "cultura da delegação". A massa acaba repetindo com as lideranças comunitárias o que faz com a representação política no Legislativo ou no Executivo: entrega aos eleitos o ônus e o bônus de ser a voz daquele segmento, e raramente cobra ou contribui para a melhoria dessa representação. É comum ouvir do morador que aparece intermitentemente nas reuniões de uma Associação a indagação sobre "o que vocês vão fazer" quanto ao problema tal ou qual. O vocês, no caso, é a direção da entidade. O descompromisso é maior ainda por parte daquela maioria que nem se anima a participar de um ou outro evento associativo.

A delegação "positiva" gera a crença na capacidade dos líderes, consubstanciada no corriqueiro "a Associação resolve" do universo de expressões do Movimento Comunitário. A delegação "negativa" é peremptória: "a Associação não presta". Em qualquer dos casos, o Movimento sai fragilizado. E é por essa "cultura da delegação" que o número médio de participantes das reuniões abertas nas Associações de Moradores do Rio de Janeiro, conforme dados da Pesquisa realizada pela FAMERJ/IBASE/UFRJ, fica assim

distribuído:

menos de 20 .....	26%
de 20 a 49 .....	31%
de 50 a 100 .....	18%
+ de 100 .....	21%

A noção de direitos - mais os coletivos do que os individuais - constitui a lição fundamental do Movimento Comunitário. Todas as suas ações e reuniões partem dessa noção e da necessidade de concretizá-la em políticas governamentais, a partir de situações muito próximas e diretas, visíveis pelos que circulam nos bairros.

Progressivamente, o Movimento Comunitário vai relativizando a idéia arraigada - incutida pela ideologia dominante - de que o Estado é o centro do poder, e que sem ele prevalecerá o caos. Na fragilidade de sua experiência, Associações de Moradores constroem momentos de poder ao qual se submetem, pela força da opinião pública, autoridades de vezo tecnocrático e ditatorial.

Ainda é prevalecente, porém, a crença no Estado benfeitor, acima das classes, promotor do bem-comum. O grande interlocutor das Associações de Moradores é o Estado, através de seus órgãos



municipais, estaduais ou federais. E nessa relação, a autonomia construída pelo Movimento nesse processo de reivindicação é, muitas vezes, abalada pelo discurso de cooptação do poder público, que reafirma seu caráter supostamente universal e sua intervenção como capaz de resolver todos os conflitos. A existência recente de administrações municipais comprometidas com a organização da sociedade - e também compostas por quadros oriundos do Movimento Comunitário - levará essa relação e a tensão autonomia x participação na gestão a um novo patamar.

Costuma-se atribuir ao movimento operário uma qualidade política maior que a do Movimento Comunitário. Isso porque as lutas operárias tocam na questão econômica e atingem o centro da contradição capital x trabalho. Porém, cabe indagar se as reivindicações não se esgotam no econômico. É sintomático que no dia 13 de maio de 1989 o Paço Imperial de São Bernardo do Campo, em São Paulo, tenha reunido cerca de 20 mil pessoas para o comício de lançamento da candidatura de Lula, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, à presidência da República pela Frente Brasil Popular (PT, PC do B e PSB). Quinze dias antes aquele mesmo Paço acolhia uma multidão três vezes maior, em função de uma greve por melhorias salariais. O salto para a consciência

política não é simples nem automático ... A percepção das contradições da ordem social capitalista não se dá exclusivamente a partir dos embates entre patrões e empregados.

É conhecido o distanciamento que o movimento operário tem em relação à questão urbana. Mas nela estão presentes elementos cruciais para a constituição de uma nova sociedade, igualitária e fraterna, como o exercício democrático do poder e o acesso aos bens fundamentais à vida. A própria contradição capital x trabalho está presente, e nem sempre de forma secundária, na gestão da cidade.

Assim, podemos afirmar que o Movimento Comunitário - embora com menos lastro histórico - não é mais nem menos reformista ou revolucionário que o movimento operário. A complexificação da estrutura social das sociedades modernas, com suas variadas camadas e subgrupos, cujos interesses não são facilmente perceptíveis, abala aquela visão salvífica de uma revolução proletária que redimiria a humanidade e construiria o homem novo.

Certo é que, no mínimo, o Movimento Comunitário obriga o capitalismo a se repensar. As reivindicações urbanas levam os dirigentes da cidade a planejarem racionalmente modelos e diretrizes que dêem conta desta demanda. Por outro lado,

interesses empresariais poderosíssimos - da construção civil, do setor de transportes, do grande comércio, das indústrias poluidoras - seguem traçando e negociando o destino da cidade. O Estado entra numa espécie de esquizofrenia administrativa: absorve a reivindicação por equipamentos coletivos, que explode de todos os lados, mas não consegue sair da pressão dos que têm mais peso nas decisões, tomadas de forma centralizada.

O Movimento Comunitário, nascido no fulcro da questão urbana, vai além da luta econômica e tem o potencial de politizar o cotidiano aparentemente mais banal. Ele também questiona a idéia - cultivada tanto pela burguesia quanto pela vanguarda operária - de que as verdadeiras organizações políticas são os partidos. O Movimento Comunitário, que muitas vezes reúne mais gente em seus círculos semanais de discussão que os partidos, afirma que a teia na qual a sociedade se organiza é muito mais ampla do que o espectro partidário. A rejeição da política partidária, que muitas vezes se verifica, é uma denúncia do distanciamento desses partidos, presos ao 'mundo da política', em relação às situações dramáticas ou esperançosas da vida, do dia-a-dia.

Não se pense, contudo, que o Movimento Comunitário está imune às influências partidárias. Reflexo do tecido social, ele traz



para o seu interior as visões e propostas que permeiam, com maior ou menor força, a sociedade. Isso é natural, como é natural a liderança que militantes de partidos que buscam um enraizamento na população - especialmente o PT, o PC do B, o PCB e setores do PDT e grupamentos marxistas menores - exercem no Movimento.

O que é negativo é a transposição pura e simples das propostas discutidas no âmbito partidário para o Movimento, que assim perde sua capacidade de ampliação e formação de novos quadros. Não há dúvida de que boa parte da crise atual do Movimento Comunitário deriva dessa partidarização grosseira, dogmática e autoritária.

O Movimento é um espaço de formação de consensos, de convencimento, de elaboração política coletiva e não de imposição. Quando ele perde essas características, esvazia-se inexoravelmente. Mas como o convencimento, a formação democrática de consensos e a elaboração política coletiva são inerentes à condição humana, podemos afirmar que o Movimento Comunitário, com qualquer nome que tenha, entre ascensos e descensos, permanecerá. Poderá hibernar um tempo, mas sempre reacenderá na combustão das demandas reprimidas e dos desejos coletivos (por "comida, diversão e arte") irrealizados.

O Movimento tem uma pedagogia política que é sua marca registrada. A pauta da primeira reunião de moradores da Tijuca (realizada em 18/09/1980, com 40 moradores), bairro de classe média da Zona Norte do Rio, onde as encostas do maciço da Tijuca abrigam muitas favelas, é exemplar:

# 1. Abertura:

## a) o fenômeno das Associações:

- entre as populações carentes, experiência antiga
- na classe média, força recente

Por quê?

- a questão da qualidade de vida:
  - . o crescimento da cidade e os problemas:
    - especulação imobiliária, trânsito, fim do lazer

Problema maior: o homem despersonalizado, neurotizado, violento

## b) A importância das Associações

- pressão:
  - . maior atenção para com problemas do bairro
  - . dinamização cultural
  - . redução dos gabaritos

- . preservação das áreas verdes

- . integração com favelas: só movimento social forte  
reduz a criminalidade

## 2. Falação geral (buscar a participação de todos)

- a Tijuca e a idéia da Associação

- problemas

- área de atuação

- disposição de cada um

## 3. Continuidade

- Comissões

- . legalização

- . pesquisa dos problemas; divulgação

- . finanças e atividades comunitárias

- Próxima reunião:

- . informe das comissões

- . experiências de outras Associações\*

Fica evidente que esse tipo de dinâmica e abordagem é amplo o bastante para nuclear as mais diversas pessoas, que vão rompendo o projeto burguês de vida individualista que a ideologia dominante impõe. Quem participa, ainda que por curto período, da experiência



associativa, vislumbra a negação da mediocrização da vida na cultura solidária e percebe a crítica ao *self-made-man* na idéia prevalecente do coletivo.

Isso não se perde, mesmo que o Movimento Comunitário viva a sua crise de morte. Há um saldo organizativo que, no mínimo, será apropriado por instâncias mais complexas de organização social - como os partidos - ou por outros movimentos sociais.

O Movimento, mesmo assim, não vai acabar. Ele é frágil, oscilante, navega ao sabor das contradições políticas urbanas e da conjuntura mais geral. Mas, se sua história de altos e baixos, no Rio de Janeiro, percorre todo o século XX, é de se esperar que ele persista, ainda mais agora que ganhou contornos de visão política mais geral e o reconhecimento até de parcelas das classes dominantes, rendidas à inexorabilidade do fenômeno da participação (que tentam e tentarão domesticar a seu favor).

É sintomático que a Constituição Federal de 1988, a Constituição Estadual de 1989 e a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro de 1990 consagrem a soberania popular não apenas na escolha dos governantes, mas também através do exercício direto do poder, seja através da iniciativa popular de lei, seja pela via da participação na gestão das diferentes políticas públicas.

Enquanto houver um só problema urbano ou comunitário, por menor que seja, ali estará nascendo o embrião da organização popular local:

- Tente arrancar uma árvore, remover uma favela, desativar um posto de saúde ou uma escola, construir um espigão. Tente só. Logo os moradores estarão reunidos, defendendo os seus direitos, afirma Jó Rezende, ex-presidente da FAMERJ e um dos mais importantes líderes da história do Movimento Comunitário.

Enquanto houver cidades, e o Brasil de 1990 é 75% urbano, os produtores organizados que a construíram e a fazem funcionar estarão buscando melhorá-la, como desde a excludente pólis grega. Movidos pela necessária utopia de vida urbana que Manuel Castells descreve tão bem: onde há lutas, reivindicações e conflitos, sim, mas que "será também a festa e o amor não reprimido" e o espaço onde "os livros se escrevem por prazer, e os filmes se realizam no grupo de vídeo de cada bairro."

O Movimento Comunitário, em sua trajetória, denuncia - por vezes até involuntariamente - os óbices que a estrutura social impõe à realização coletiva e anuncia a possibilidade de uma cidade onde o homem não seja o lobo do homem.

## FONTES

## a) Bibliografia

BACKHEUSER, Everardo. *Revista Renascença*, 1985.

BORJA, Jordi. "A participação cidadina". In *Revista Espaço & Debates*, São Paulo, 1988.

BARRETO, Lima. "Bagatelas". In *Obras Completas*. Rio de Janeiro, Ática, 1988.

BOBBIO, Norberto. *Quale socialismo*. Itália, Einaudi, 1976.

BOSCHI, Renato Raul. *A arte da Associação - Política de base e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice, 1987.

CASTELLS, Manuel. *História y verdad*. México, Grijalbo, 1974.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

DOIMO, Ana Maria. *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular*. Rio de Janeiro, Vozes, 1984.

DONATO BATISTA, Adilson. "A História do Andaraí na história de seus logradouros". Rio de Janeiro, SME, 1989.

FLAMARION S. CARDOSO, Ciro. *Uma introdução à história*. São Paulo, Brasiliense, 1983.



FRIGOTTO, Gaudêncio. *O "enigma" da teoria nas pesquisas e análises da relação trabalho-educação: pontos para debates*. RJ, IESAE/UFF, 1987.

F.SANTOS, Carlos Nelson. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

HARDMAN F., Francisco. "Estamos todos em perigo". Caderno *Idéias*, *Jornal do Brasil*, 24/02/1990.

HENRIQUE CARDOSO, Fernando. *Autoritarismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

LINCE, Leo. "O Movimento das Associações de Moradores como manifestação de cultura alternativa". In *Antologia Prêmio Torquato Neto*. Rio de Janeiro, Rio Arte, 1984.

LÊNIN, V.I. *O Estado e a Revolução*. Lisboa, Vaap, 1978.

MANFRED, A. *A Revolução Francesa*. Lisboa, Arcádia, 1974.

PECHMAN, Sérgio. "A construção da solidariedade - as Associações de Moradores de classe média e alta do Rio de Janeiro - 1976-1982". Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1983.

PESSOA, Fernando. *O guardador de rebanhos e outros poemas*. São Paulo, Círculo do Livro, 1988.

PORTO ROCHA, Oswaldo. "A era das demolições - cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920". Dissertação de Mestrado em História, Rio de

Janeiro, UFF, 1983.

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz C. de. *Acumulação urbana e a cidade - Reflexões sobre os impasses atuais da política urbana*. São Paulo, Cortez/ANPOCS, 1986.

REZENDE, Jó. *Como se faz a luta de bairros*. Rio de Janeiro, IBASE/VOZES, 1985.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* São Paulo, Brasiliense, 1976.

b) Jornais e periódicos

Diário de Notícias

Jornal do Brasil

Folha de São Paulo

O Dia

Jornal da FAMERJ

Ponto Cem Réis

c) Documentos

A luta faz a lei (FAMERJ/Fundação Educar)

Estatuto do Congresso Permanente das Associações de Bairros do Rio de Janeiro (1960)

As Associações de Moradores e a Construção do Estado Democrático  
(FAMERJ, 1982)

Proposta de relações entre as Associações de Moradores e o novo  
governo do Rio de Janeiro (FAMERJ, 1983)

Os dez mandamentos do governador fluminense (FAMERJ, 1986)

Saúde: direito de todos (Centro de Defesa da Qualidade da Vida,  
1985)

Diagnóstico preliminar da Coordenação Nacional dos Mutuários para  
o Grupo de Trabalho (CNM, 1985)

Estatutos da FAMERJ

Resoluções do I Congresso da FAMERJ (FAMERJ, 1985)

A praça já é do povo (AMAB)

Documento de São Bernardo (1980)

#### d) Pesquisas

Natureza das lutas das Associações de Moradores do Rio de Janeiro

- Potencial político (Escola de Serviço Social da UFRJ)

Mapeamento das organizações comunitárias do estado do Rio de  
Janeiro (FAMERJ/IBASE/UFRJ)



## ANEXO I

PERFIL BÁSICO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO MUNICÍPIO DO RIO  
DE JANEIRO

- Data de fundação: até 1983
- Como surgiu: por iniciativa dos moradores, com a finalidade de conseguir melhoramentos para a comunidade, através de várias lutas.
- Sede: possui, seja própria, alugada ou emprestada.
- Bens: máquina de escrever, móveis, gambiarra, lâmpadas e outros aparelhos de som, luz e vídeo.
- Como se mantém: através de mensalidades e festas.
- Associados: mais de 300.
- Publicação: não edita regularmente.
- Registro das atividades: por escrito (atas, boletins etc.).
- Pessoas que atuam mais diretamente nas atividades: 10 pessoas.
- Fóruns de discussão e deliberação: reuniões de diretoria e assembléias.
- Reuniões com a comunidade: mensais, cuja convocação é feita através de panfletos e pessoalmente, com a participação média de

50 pessoas.

- última eleição da diretoria: entre 1987 e 1988, diretorias que obtiveram mais de 50% dos votos através de processo eleitoral.

- Perfil da diretoria: maioria de homens, brancos, com mais de 40 anos de idade, 2o. grau completo. São inativos, autônomos, profissionais liberais, donas-de-casa.

- Serviço: distribui tíquetes de leite fornecidos pelo governo federal.

- Local de atuação: bairro de periferia.

- Nos últimos 12 meses teve como principal luta: saneamento, educação, transporte e infra-estrutura.

- Número de pessoas participando ativamente destas lutas: até 100 pessoas.

- Manifestações: em primeiro lugar, manifestações de rua, seguidas por ofícios e abaixo-assinados.

- Atividade regular: não desenvolve.

- Convênios: Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC).

- Encaminhamento de reivindicações: principalmente à prefeitura e órgãos municipais.

- Atendimento às reivindicações: metade das reivindicações não foi atendida, enquanto a outra metade foi atendida seja integralmente

ou parcialmente.

- Participação em fóruns oficiais: participa do CGC, CEC e GEL.

- Participação em fóruns da FAMERJ: principalmente da reunião do conselho zonal e do congresso.

- Papel da FAMERJ: importante dentro do movimento organizado: organizadora, articuladora, intermediadora das AMs.

#### ORIGENS

Fundação:

Até 1980 .....	23,5%
1981 .....	12,5%
1982 .....	13%
1983 .....	15%
1984 .....	10%
1985 .....	7%
1986 .....	11%
1987 .....	4%
1988 .....	0%



No município do Rio de Janeiro o Movimento Comunitário adquire força no início da década de 80. Como podemos ver, das entidades atualmente filiadas à FAMERJ, 64% foram fundadas até o ano de 1983, enquanto nos últimos anos este índice cai para 4%.

Surgem como forma de mobilização popular destinada a obter resoluções para os problemas decorrentes da vida urbana. Entre os motivos de fundação indicados pelas AMs pesquisadas, destacam-se: várias lutas (saneamento, habitação, transporte, infra-estrutura) - 29%; necessidade de melhoramento da comunidade - 20%; iniciativa dos moradores - 23%; e necessidade de organização - 13%.

#### INFRA-ESTRUTURA

E do que dispõem as AMs cariocas para seu funcionamento cotidiano?

Mesmo se mantendo principalmente de mensalidades pagas por seus associados (80% das AMs), é interessante notar que mais da metade delas indica já possuir sede. 26% possuem sede própria, 25, 5% emprestadas e 3,5% alugadas.

Ainda assim, em apenas 33% das AMs, as reuniões são realizadas em sua sede. A maioria, 66%, utiliza-se de outros

espaços cedidos (escolas, igrejas, casa de diretores e moradores).

Com relação aos utensílios que possuem aparecem: 30% possuem máquinas de escrever, 27% aparelhos de som e luz, 18,5% possuem móveis, 12% mimeógrafos e 10% megafones. Basicamente bens de custos baixo que se destinam a suprir as necessidades de funcionamento e mobilização das AMs.

65% das AMs não editam nenhuma publicação, e das 34% que o fazem, a produção do material é feita por uma equipe.

#### COMPOSIÇÃO

##### 1-Associados

mais de 300 .....	40%
200 a 300 .....	17%
100 a 200 .....	22%
até 100 .....	14%

Boa parte das AMs cariocas afirmam possuir mais de 300 associados.

Foi possível perceber, no entanto, que não existe um critério único para filiação. Algumas AMs adotam o sistema de inscrição e

pagamento regular de taxas, outras consideram como associados todos os moradores do bairro, algumas somente as pessoas envolvidas pelas lutas e atividades desenvolvidas pela associação.

## 2-Diretoria

A maioria das atuais diretorias (82%) foram eleitas com mais de 50% dos votos, entre 1987 e 1988. A principal forma de eleição foi através de processo eleitoral (57%), onde votaram somente os associados das AMs (71%).

Um perfil dos 3.074 diretores das 328 AMs cariocas seria assim:

Encontramos mais homens (64%) do que mulheres (35%) ocupando cargos de diretoria. A maioria se diz de cor branca (51%) e apenas 9,5% afirmam ser negros.

Outro dado interessante é perceber a pouca incidência de jovens: até 20 anos temos apenas 1% dos diretores; 17% estão entre 20 e 30 anos; 30%, de 30 a 40 anos; e 48% possuem mais de 40 anos, portanto, quase a metade.

O grau de escolaridade também é alto: quase todos freqüentaram escola, a maioria (48%) possui pelo menos 2o. grau completo, e destes, 17% têm curso universitário.



São em sua maioria profissionais liberais (15%), inativos (aposentados e estudantes) (14%) e donas-de-casa (12%). Apenas 2% estão desempregados atualmente.

As rendas mensais não são altas: 33% não possui rendimentos, 28% ganham até três salários mínimos, 21% ganham de três a 10 mínimos, e somente 7,5% dos diretores têm renda mensal superior a 10 salários.

#### ORGANIZAÇÃO INTERNA

Contrastando com o número de associados, é bem menor o número de pessoas que atuam mais diretamente nas atividades da entidade. Em 60% das AMs, até 10 pessoas atuam, em 21%, atuam de 10 a 20 pessoas, e só em 19% mais de 20 pessoas colocam em funcionamento cotidianamente a AM em funcionamento.

Os fóruns internos de discussão e de deliberação mais freqüentes são reuniões de diretoria (86%) e assembléias (82%).

As reuniões com a comunidade são realizadas com uma periodicidade igual ou superior a uma vez por mês (57%), e menos de 24% fazem reuniões semanais ou quinzenais.

A convocação para estas reuniões são feitas principalmente

através de panfletos (54%) e/ou pessoalmente (36%). O número médio de participantes é bem variável: 26% agrupam até 20 pessoas por reunião, 31% de 20 a 50 pessoas, 18% de 50 a 100, e 21% indicam reunir mais de 100 pessoas. Não devemos esquecer que existem fatores que influem diretamente na mobilização que a AM é capaz de realizar para essas reuniões, como o tamanho da comunidade e estar em processo de luta.

#### ATUAÇÃO DAS AMs

A atuação das AMs caracteriza-se por poucas atividades regulares e é marcada pela presença de lutas direcionadas para conseguir melhoramentos para a comunidade. Por outro lado, a presença de serviços assistenciais é uma constante dentro das AMs, sendo, na maioria das vezes, repassadoras de produtos e serviços distribuídos pelas diferentes instâncias do governo. Assim, 52% das AMs distribuem tíquetes de leite fornecidos pelo governo federal e 19,5% oferecem serviços de vacinação.

Para desenvolver suas atividades, poucas AMs contam com algum tipo de assessoria - apenas 21% do total. Destas, confirmando a tendência anterior, 12% são na área de assistência social e 16%

especificamente da LBA.

Em relação às atividades regulares desenvolvidas, o dado é revelador: mais da metade das AMs (58%) não possui atividade regular. Das que desenvolvem (42% do total), um terço o faz na área de esporte e lazer.

Sobressai também o fato de, mesmo possuindo um grande número de associados, as AMs contarem com poucas pessoas para desenvolver suas atividades regulares. Em 61% das AMs, este número não ultrapassa a 10 pessoas.

Variando muito de acordo com o tipo de atividade desenvolvida, está o número de pessoas atingidas pela atividade, isto é, quantas pessoas se beneficiam com as mesmas. Os principais resultados são: até 100 pessoas, 37% das AMs; de 100 a 200 pessoas, 28% das AMs.

Em relação ao seu local de atuação, a característica dada pelas AMs foi: 52% atuam em bairro de periferia; e 37% em bairro de classe média.

Não devemos esquecer, no entanto, que as AMs estão distribuídas pelos mais diferentes bairros e regiões da cidade, sendo esta classificação uma visão de suas lideranças.



## LUTAS

Apesar de indentificarmos pouca mobilização das AMs no município do Rio de Janeiro, em função de diversas características presentes na pesquisa (como atividade, ritmo das reuniões etc.), 93% declararam ter desenvolvido alguma luta ao longo dos últimos doze meses (período de referência das lutas declaradas: julho/87 a maio/89). Destacamos as mais freqüentes:

Saneamento Básico .....	20%
Educação/Creche .....	15%
Transporte .....	13%
Infra-estrutura .....	12%

Verificamos que todas as lutas dizem respeito a melhoramentos para a comunidade, em maior ou menor escala. Revelam, portanto, uma atuação direcionada principalmente para a resposta às deficiências das instalações do bairro, devido à ausência de atuação do poder público nestes locais ou grande parte deles. Isto faz com que o principal alvo das reivindicações presentes nestas lutas seja o Estado, em suas diversas instâncias. As

reivindicações acompanham, em linhas gerais, esta tendência.

Reivindicações mais citadas no conjunto das lutas desenvolvidas:

- Saneamento (28%): dragagem/canalização/limpeza de valas, limpeza de esgotos, construção de galerias, água encanada, manilhamento, entre outras;
- Transportes (24%): implantação/ampliação das linhas de ônibus, melhoria dos ônibus, sinalização de trânsito, entre outras;
- Questões políticas (21%): participação, cidadania, conscientização, solicitação de participação da AM na elaboração de projetos.

Temos, portanto, grande parte das AMs encaminhando reivindicações em primeiro lugar ao Estado para que ele as resolva e execute e, apenas num segundo plano, solicitando que seja garantida sua interferência na elaboração de projetos.

A participação nestes processos de luta foi investigada tendo como referência o período de maior mobilização. Neste momento um contingente de até 100 pessoas participou em 56% das lutas desenvolvidas.

A participação deu-se com frequência em diferentes formas de manifestação, utilizadas para pressionar o governo e tornar

públicas as reivindicações encaminhadas. As principais manifestações realizadas no processo de luta foram:

Manifestação de rua .....	38%
Ofícios/abaixo-assinados .....	24%
Encontros c/ órgãos de governo ....	20%
Reunião/debate .....	18%

#### RELACÃO COM O PODER PÚBLICO

A trajetória traçada pelo Movimento Comunitário, ao surgir como forma popular de luta e mobilização pela melhoria da vida urbana, o coloca em vários momentos tendo como principal interlocutor o poder público. Relação constante, polêmica, porém presente no dia-a-dia das AMs - em suas lutas, atividades, serviços e fóruns reivindicatórios.

A SEAC estabelece convênios com 47% das AMs do município, principalmente para distribuição de tíquetes de leite, um dos principais serviços prestados pelas entidades.

Em relação às atividades desenvolvidas, o poder público participa em 36% delas oferecendo apoio financeiro e assessoria



técnica. Durante o processo de luta, a relação torna-se mais constante e direta. Quase 80% das AMs encaminham suas reivindicações a órgãos públicos, principalmente ao governo municipal. É comum que durante a luta cerca de 50% das AMs tenham tido encontros com prefeito, secretários e órgãos do governo municipal.

Constatamos haver uma alta participação do Movimento Comunitário nos fóruns deliberativos onde participam governo e comunidade: 81% das AMs participaram do já extinto Conselho Governo-Comunidade (CGC). E 44% delas se consideram com poder decisório, enquanto outras 44% se julgam com poder consultivo. 63% participam do Conselho Escola-Comunidade (CEC) e 40% do Grupo Executivo Local de Saúde (GEL).

#### RELACÃO COM A FAMERJ

A participação das AMs nos fóruns da FAMERJ revelou-se bastante significativa, ainda que não tenha sido investigada a freqüência de sua participação nesses fóruns.

Reunião da Zonal ..... 72%

Congresso .....	56%
Plenárias de Luta .....	47%
Conselho de Representantes .....	43%

Esta participação revela que as AMs encaram a FAMERJ como um fórum de representação e organização do movimento, o que não corresponde a uma visão única do papel da entidade no movimento organizado.

Questionada sobre qual seria este papel, a maioria das AMs foi enfática ao descrever a FAMERJ como um órgão importante, articulador, organizador, intermediador das AMs, um fórum de discussão. Mas foram formuladas várias críticas, tendo como base a omissão e a pouca atuação da FAMERJ, juntamente com críticas relacionadas à partidarização, elitização e carreirismo dentro do movimento, prejudicando aquele que deveria ser seu verdadeiro papel.

Por último destacamos um pequeno número de AMs que combinaram estas duas opiniões: a FAMERJ é importante, mas encontra-se hoje omissa, inoperante, pouco atuante, colocado como algo que é conjuntural e pode ser superado.

A distribuição das respostas a esta questão ficou da seguinte

forma:

Opção 1: importante, articuladora, organizadora das AMs - 52%

Opção 2: inoperante, omissa, pouco atuante, partidarizada,

elitizada, carreirista, não concorda com a prática - 33

Opção 3: importante, porém omissa, pouco atuante - 8%

Responsáveis pela elaboração da pesquisa:

IBASE

Equipe de Consultoria à Pesquisa de Campo (Marco Antônio Souza

Aguiar, Rosana Heringer, Almir Pereira Júnior)

Equipe de Consultoria aos Movimentos Populares (Ney Chaves, Zilma

Fonseca, Athayde Motta, Carmen da Matta)

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

Coordenação: Maria Helena Lima

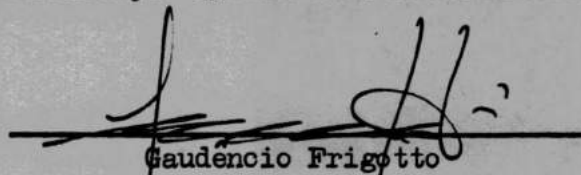
Revisão dos questionários: Lídia Maria Vieira e Joana Angélica

Garcia

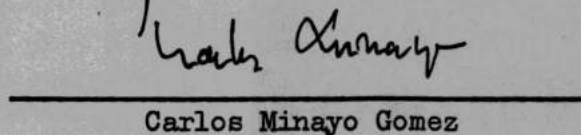
DIRETORIA DA FAMERJ



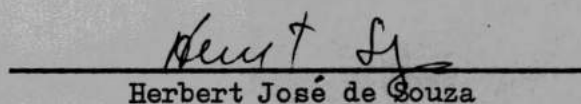
Dissertação apresentada aos Senhores:

  
Gaudêncio Frigotto

me dos componentes

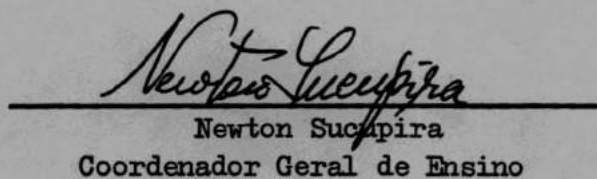
  
Carlos Minayo Gomez

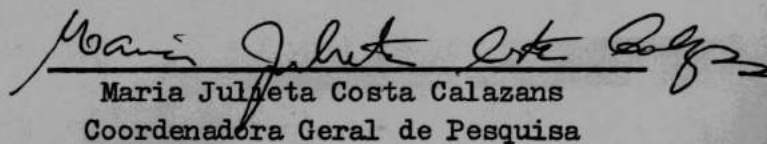
nca Examinadora

  
Herbert José de Souza

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 17 de abril de 1990

  
Newton Sucupira  
Coordenador Geral de Ensino

  
Maria Julieta Costa Calazans  
Coordenadora Geral de Pesquisa